

Comício conjunto no Porto

"A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA FOI SUBMETIDA A SÉRIOS ATAQUES"

A adopção urgente de profundas e incisivas medidas antimonopolistas, tem sido uma das mais sentidas reivindicações dos trabalhadores portugueses, no período histórico em curso. Pensam os trabalhadores — e pensam com razão — que não pode haver liberdade e democracia com os monopólios e os latifúndios, com a manutenção da economia nacional sob o jugo do imperialismo internacional; porque aprenderam, sob o fascismo, o que significa o domínio desenfreado dos monopólios e dos grandes agrários, aliados e vendidos ao imperialismo capitalista internacional, os operários, camponeses e demais trabalhadores do nosso país, não admitem que possam voltar a existir condições políticas favoráveis aos designios do capital.

Na grande manifestação de 14 de Janeiro, o lema da consagração legal do princípio da unidade sindical e a exigência de imediatas medidas antimonopolistas e antilatifundistas estiveram sempre ligados no ânimo e nas mentes das centenas de milhares de trabalhadores, que, então, inequivocamente, se manifestaram nas ruas de Lisboa. E isso não sucedeu por acaso. Sucedeu porque correspondia por um lado, à realidade do momento histórico que vivemos e por outro lado à compreensão por parte dos trabalhadores de que não se pode continuar a aguardar uma — inexistente — colaboração dos monopólios no pro-

cesso democrático em curso. E nesta perspectiva que nos parece da maior oportunidade transcrever uma moção aprovada por unanimidade na última reunião de delegados da zona Sul do Sindicato dos Técnicos de Desenho, realizado no passado dia 11 de Dezembro. Essa moção foi já no mês de Janeiro transformada em abaixo-assinado pelos operários da Cometa, da Venda Nova, tendo, rapidamente, recolhido 170 assinaturas. Pelo seu significado político e sua oportunidade transcrevemos a seguir, integralmente, a referida moção dos Técnicos de Desenho.

«ATACAR AS RAÍZES PROFUNDAS SEM PERDAS DE TEMPO»

«Sentem os trabalhadores no dia-a-dia que o derrube da ditadura fascista não lhes trouxe por si só, alteração profunda nas condições de vida por que tanto aspiram. Na realidade a conquista do poder político pelo Movimento das Forças Armadas ainda não teve a sua correspondência no campo económico, campo de acção este consignado expressamente nos objectivos do Programa.

Neste momento, todo o Povo já sente a necessidade de atacar as raízes profundas do mal sem perda de tempo com curativos de circunstância, que somente podem tentar diminuir a gravidade dos efeitos mas que deixam intocadas as origens, as causas destes efeitos, agravando perigosamente toda a situação social e política.

E o mal que ataca a sociedade portuguesa, ataca os novos fundamentos políticos que se estão lançando, é já conhecido de todos: são os monopólios, são os grandes grupos económicos que estendem os seus tentáculos a todos os sectores da economia portuguesa sabotando-a e boicotando-a.



São os grandes grupos do capital financeiro/industrial/agrário com todas as suas ligações com o imperialismo internacional, os verdadeiros responsáveis pela grave situação económica que o país defronta. Os despedimentos e o desemprego são eles que os provocam negando às pequenas e médias empresas a matéria-prima de que necessitam; a paralisação e regressão de todo o sector da construção civil são os monopólios que as forçam, cortando o crédito bancário a todas as empresas que procuram viver adaptando-se aos novos objectivos que se exigem à construção; são ainda eles, os grandes grupos monopolistas, que desorganizam todo o sistema de troca de pro-

ductos manufacturados reduzindo ou mesmo extinguindo todos os «stocks». De pouco vale lutarmos por leis contra o desemprego sem justa causa, sem que se elimine as causas que o originam. De pouco nos servirá lutarmos por justos salários se na prática, no campo das relações económicas não houverem as mínimas condições reivindicativas, por via de um progressivo afogamento de todo o desenvolvimento económico.

«ADOPÇÃO IMEDIATA DE MEDIDAS EFICAZES»

Por outro lado, é o próprio processo de democratização

política que se encontra em causa. São todas as conquistas de liberdade política e sindical conseguidas após os «25 de Abril» que se encontram em cheque pela sabotagem de todos os dias e em todos os sectores conduzida pelos monopólios. Declarar a liberdade política deixando intocáveis os privilégios e postos de controlo económico nas mãos do capital monopolista reaccionário equivale a assinar, «a priori» a certidão de óbito da jovem democracia portuguesa.

A situação degrada-se. A curto prazo o número de desempregados ultrapassará a centena de milhares. A relativa melhoria salarial conseguida nas lutas desenvolvidas nos primeiros meses meses após-

-25 de Abril encontra-se já em grande parte, ou mesmo na totalidade absorvida pelo aumento do custo de vida que entretanto se verifica. A banca corta créditos às empresas de les carecidos enquanto distribui generosamente pelas suas próprias empresas, pelas do seu grupo. As fugas de capitais e consequente falta de liquidez generaliza-se por todos os sectores. O grande capital, sentido-se estimulado pela actual situação de impasse, utiliza todos os seus laços não saneados e desenvolve, no sector privado, actividades de tampão às iniciativas do Governo Provisório travando a execução das leis ou a sua aplicação local empulando artificialmente todas as si-

tuções litigiosas. Estas actividades reacçãoárias desenvolvidas impunemente pelos grupos monopolistas visam todas elas um único fim: criar o descontentamento nas massas trabalhadoras, lançar o descrédito sobre os objectivos revolucionários do M.F.A., abrir brechas na união Povo-Forças Armadas — numa palavra: criar as condições para o regresso a um regime ditatorial fascista.

Perante este panorama de descarada sabotagem conduzida pelos monopólios, um único caminho se nos coloca: adopção imediata de medidas eficazes de controlo dos monopólios subordinando-os decididamente aos interesses do povo, isto é impõe-se a rápida libertação da economia nacional das garras monopolistas.

Só assim será possível avançar firmemente no processo de democratização em curso. Só assim será possível avançarmos verdadeiramente «uma nova política social posta ao serviço da população, especialmente das classes mais desfavorecidas».

A todos os camaradas Técnicos de Desenho, aos trabalhadores em geral lançamos um apelo:

Estreitemos os laços da união Povo-M.F.A.-Governo Provisório. O movimento sindical não pode deixar de cerrar fileiras em torno do Governo Provisório e de apoiar firmemente a adopção imediata de um programa de acção económicoantimonopolista. Tomemos, pois posição perante os problemas económicos que afectam o País, apoiando medidas antimonopolistas eficazes.

Reafirmemos ao M.F.A. toda a nossa confiança em que não deixará de cumprir os compromissos históricos que assumiu perante a classe trabalhadora, conduzindo o País no caminho da Paz, da Liberdade e da Independência Nacional».



A UNICIDADE

O problema da unicidade sindical, cuja expressão na lei, foi exigida pela maioria esmagadora dos trabalhadores que discutiram e votaram o projecto de lei das associações sindicais, continua a desencadear uma tempestade política promovida por certas forças mais preocupadas com as suas posições partidárias e de classe do que com os interesses autênticos dos trabalhadores portugueses.

Curiosa e significativamente, assiste-se a um ataque cerrado às organizações que apoiam o princípio da unicidade (porque respeitam as regras democráticas) numa tentativa desesperada de confundir as questões e lançar a divisão entre os trabalhadores, ao mesmo tempo que se procura exercer uma fortíssima pressão política, no momento em que o Conselho de Ministros se debruça sobre o projecto de decreto-lei.

Em toda esta campanha, só uma preocupação prende os divisionistas, os pregadores do pluralismo de facto, ou os defensores de uma unidade abstracta: a central única de trabalhadores. Como se todo o problema se resumisse a esta simples questão. Ora, na prática, os defensores da unidade não consagram na lei, mais não defendem do que a criação real de várias comissões de trabalhadores de empresa, sindicatos paralelos, federações paralelas, centrais paralelas, isto é, de facto, o pluralismo sindical. «Pluralismo» sindical também praticou o regime fascista dividindo os trabalhadores por dezenas de sindicatos profissionais na mesma empresa. Não defendendo a unicidade, mais não se faz do que repetir este princípio do dividir para reinar: passáramos a ter, dentro de pouco tempo, e na mesma empresa, sindicatos comunista, socialista, pedesta, católico, protestante, etc. Ora, não é de mais repetir, os interesses dos trabalhadores, como classe, são iguais: todos vendem a sua força de trabalho para subsistir, para habitar, para educar os filhos. Todos são explorados.

A Intersindical Nacional, criada por um grupo de sindicatos democraticamente «roubados», em pleno regime fascista ao controlo corporativo, entende por isso ser necessário e urgente dizer aos incautos ou aos trabalhadores que não tomaram parte nas discussões o que é, resumidamente, UNICIDADE SINDICAL, como base da unidade real e da democraticidade dos sindicatos. Princípios gerais:

a) Existência de uma única comissão sindical democraticamente eleita, dentro de cada empresa;

b) Existência de um único sindicato por ramo de indústria dentro da mesma área geográfica. Por exemplo: na área abrangida por um Sindicato de Metalúrgicos, não poderá haver outro Sindicato de Metalúrgicos.

c) Existência de uma uni-

ca federação de sindicatos do mesmo ramo.

d) Existência de uma única união de sindicatos dentro da mesma área — ao nível local, distrital e regional.

e) Existência de uma única central sindical nacional.

Apresentamos o exemplo dos sindicatos por ramo de indústria, porque é este o objectivo que se pretende, exactamente para unir todos os trabalhadores dentro da mesma empresa.

Este será, portanto, o esquema geral da unicidade, e muitas razões poderiam ser aduzidas para salientar as suas vantagens. Tentemos resumí-las:

a) No primeiro caso apontado, a expressão dos trabalhadores portugueses, após o 25 de Abril, constitui uma lição clara: sempre que às comissões de trabalhadores intersindicaes de empresa se pretende opor uma segunda comissão, esta fazia o jogo do patronato. A expressão legal da unicidade corresponde, por outro lado, à defesa legal e efectiva dos delegados sindicais.

b) No segundo caso: a impossibilidade de criação de sindicatos paralelos constitui uma fortíssima defesa dos trabalhadores, na medida em que impede manobras patronais para a proliferação de organismos de classe tendentes à sua divisão. É preciso notar que, existindo duas posições face, por exemplo, a um processo de luta, as duas não poderão ser justas: mas uma única, decidida democraticamente, tem a força da união e reforça a capacidade de acção da classe.

c) O caso das uniões e federações representam formas de fortalecimento e defesa dos trabalhadores de cada sector de actividade, que comungam os mesmos problemas e interesses; enquanto uma central nacional única corresponde à forma unitária dos trabalhadores manterem, demonstrarem e reforçarem a sua capacidade de organização e força intrínseca, a todos os níveis, promovendo o processo permanente da luta de classes até à liquidação da exploração do homem pelo homem.

Contrários aos liberais, os trabalhadores têm consciência de que a verdadeira liberdade sindical reside na democraticidade dos seus organismos de classe, na livre análise e discussão dos problemas, no respeito pela vontade da maioria, na independência dos seus organismos face aos partidos políticos, face aos patrões, face ao Estado.

E é na sua unidade real — e não teórica — que reside a força dos trabalhadores. Nas actuais circunstâncias políticas, permitir o pluralismo sindical, seria cometer um crime gravíssimo contra os interesses da classe operária e demais trabalhadores. Se temos a unidade à mão, vamos permitir que interesses que nada têm a ver com os nossos vão dividir, ou tentar dividir, em nome de uma «liberdade» que não é a nossa? Não tenhamos dúvidas: a não proibição dos sindicatos paralelos corresponderia à criação imediata dos mesmos. Dinheiro e apoio técnico, para isso, não falta, já, aos divisionistas.

E donde vem esse apelo? Por certo que não dos trabalhadores. Estes sabem que só unidos podem conduzir juntamente com o M. F. A. a revolução em curso na defesa dos seus interesses de classe. Só ao patronato, em especial ao grande capital, interessa enfraquecer o movimento da classe trabalhadora.



não é de modo nenhum alheio ao imperialismo internacional, camaleão que assume a cor mais favorável aos seus designios de exploração e alargamento da exploração de classes.

Não nos podemos esquecer de que só a eles interessa a divisão enfraquecedora do movimento organizado dos trabalhadores. Só a eles aproveitam os divisionismos e só eles os provocam. Por isso temos de secudir os divisionistas do nosso seio, e mantermo-nos bem unidos quer a nível de empresa quer a nível sindical.

Os monopolistas e latifundiários sabem como proceder para não tentar dividir e enfraquecer. Mas nós sabemos como opor-nos aos seus propósitos e não permitiremos que venham semear a discórdia entre nós.

Aqueles que nos exploram não podem defender-nos. Aqueles que pretendem neutralizar a nossa força, a unidade, não podem merecer a nossa confiança. Aqueles que querem jogar com a menor consciência de classe de alguns de nós ou com a traição de outros, só nos merecem o mais profundo desprezo e o mais firme combate.

A nossa resposta é uma consciente acção esclarecedora entre os nossos camaradas, visando tornar-lhes claro que o nosso interesse colectivo exige uma unidade profunda e uma luta intransigente contra aqueles que nos exploram!

Continuação da pág. 10

ALAVANCA - 3 FEV. 1975

SOLIDARIEDADE

VALORES ENTREGUES NA INTERSINDICAL

Trabalhadores da Empresa Progresso industrial	3.650\$00
Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos	162.242\$10
Sindicato Bancários de Lisboa	1.060.909\$20
Sindicato Profissionais de Escritório	7.500\$00
Trabalhadores Standard Eléctrica	79.780\$50
Trabalhadores Nitratos de Portugal, S.A.R.L.	15.205\$00
Trabalhadores Comp. ^a Seguros Fidelidade	5.000\$00
Trabalhadores Secret. Geral Prev. Cons. Ministros	750\$50
Comício de St. ^o Tirso	915\$00
Trab. Representações Garcia	380\$00
Sindicato Bancários do Porto.	24.630\$00
Trab. Armando Cunha, Lda.	10.602\$10
Sindicato Nacional Professores	1.587\$00
Trab. Carlos Roeder, Lda.	692\$60
Trab. Porto Calibragem Inst. Cereais	2.340\$00
Trab. Domingos Dias Júnior, Herd.	605\$00
Trab. Mervil	16.040\$80
Trab. Mobiladora Campomaiorense, Lda.	540\$00
Maria João Freire Rodrigues	140\$00
Eduardo Pires Lança	220\$00
Ana Maria Nobre Oliveira Carvalho	100\$00
Trab. Equipa Manutenção da Fab. Unor	3.125\$00
Trab. Ernesto Cruz e C. ^a , Lda.	2.550\$00
trab. Fábrica Plásticos do Sado	3.010\$00
Trab. Escritório da Gestal	3.324\$00
Trab. Robapharm Portuguesa	1.750\$00
Trab. Regimprensa, S.A.R.L.	3.440\$90
José Alberto Cipriano Sequeira	101\$00
J.M. Serra	486\$40
Trab. Met. Of. Moldes da Sofil (Ovar)	1.620\$00
Trab. Escritório da Cidadela	374\$40
Trab. Metalúrgicos da Sorradel	4.458\$00
Trab. Deleg. Porto da Celcat	3.215\$80
Carlos Alberto Ferreira Gonçalves	829\$00
Trab. Sorefame	130.732\$00
Trab. Of. Gerais Mat. Engenharia	436\$50
Trab. Construtora Moderna	3.765\$00
Trab. Divisão Ind. Philips — Carnaxide	4.355\$00
Trab. Supa — Pão de Açúcar	5.470\$00
Trab. Caixa Nacional de Pensões	8.000\$00
Sindicato Nac. Técnicos de Desenho	200\$00
Trab. Renascença Gráfica	1.850\$00
Trab. Corame	3.000\$00
Maria Manuela Alves	343\$70
Alberto Vilaverde Cabral	343\$70
Rui Pacheco Brás	304\$50
Trab. Soc. Port. Acumuladores TUDOR	37.889\$20
Trab. Torralta	2.359\$50
Trab. Guedes e Almeida	1.200\$00
Trab. Representações Auto Chrysler, S.A.R.L.	746\$80
Trab. Soc. Ind. Aliança	2.273\$90

1.625.384\$10

VALORES ENTREGUES PELA INTERSINDICAL PARA SOCORRER TRABALHADORES EM CRISE DE TRABALHO

Concilium	102 844\$20
Trabalhadores Rurais	50 000\$00
Applied Magnetics	620 124\$50
D.S. Electronic	52 500\$00
António Alve C. ^a	200 000\$00
Jornal do Comércio	225 000\$00
Rádio Renascença	100 000\$00
Franntárticos	60 000\$00
Propam	100 000\$00
Sindicatos da Indústria Conserveira do Algarve	20 000\$00
Novil	40 000\$00
Rádio Renascença	84 000\$00
Novil	30 000\$00
Comerfina	40 000\$00

1 724 468\$70

UMA CANÇÃO PARA A INTERSINDICAL

Um grupo de amigos lembrou-se de fazer uma canção para a Intersindical, uma canção que traduzisse as aspirações das classes trabalhadoras, na etapa actual. A música surgiu primeiro: trata-se de uma canção revolucionária portuguesa do século XIX, ligada ao movimento das chamadas «guerrilhas patuleias», que foi recentemente trazida a público por Luís Cília, sob o título «O Guerrilheiro». Os versos surgiram no dia seguinte, e à noite já havia no Rádio Clube Português mais de duas dezenas de cantores (uns do coro Gulbenkian, outros do coro da Academia de Amadores de Música); a fim de realizarem uma gravação provisória para o nosso programa radiofónico, a qual desde então é transmitida diariamente. A rapidez com que

se passou da ideia à prática não permitiu detectar logo algumas imperfeições métricas dos versos, posteriormente corrigidas. Apresentamos hoje a versão definitiva da letra dessa canção, à qual já se começa a chamar o «Hino da Intersindical» e que dentro de dias aparecerá em disco:

Operários, vanguarda do povo,
Camponeses que a terra lavrais
Libertai-vos do jugo p'ra sempre
E o povo quem vós libertais.

Refrão

Unidade! Unidade! Unidade!
Do trabalho contra o capital!
Camaradas, lutemos unidos,
Porque é nossa a vitória final.
Camaradas, lutemos unidos,
Porque é a nossa a vitória final.

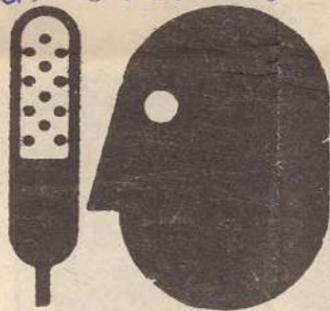
Norte a Sul, vinde trabalhadores,
Pescadores não fiquéis para trás
Avançai, e sem medo, na luta
Pelo Pão, p'lo Trabalho, pela Paz.

Refrão

Unidade! Unidade! Unidade!

etc.

Todos juntos numa só torrente
Na cidade, no campo e no mar
Alcancemos co'as Forças Armadas
Liberdade, Governo Popular.



Refrão

Unidade! Unidade! Unidade!
etc.

CARNAVAL FESTA DA LIBERDADE

Os trabalhadores portugueses vão ter este ano pela primeira vez um Carnaval em liberdade. Por isso a Intersindical tomou a iniciativa de organizar, a 9 de Fevereiro, uma grande festa e convida os sindicatos, os trabalhadores e toda a população de Lisboa e arredores a participarem activamente nesta grande festa.

Está prevista uma concentração de carros e um desfile carnavalesco pela cidade de Lisboa, assim como vários espectáculos, manifestações culturais, bailes, etc.

SAUDAÇÃO DOS TRABALHADORES FRANCESES

Reunidos por ocasião do seu V Congresso, os delegados dos Sindicatos CGT da França dirigiram uma mensagem aos trabalhadores portugueses, mensagem que transcrevemos na integra:

«Reunidos por ocasião do seu 5.º Congresso, os 450 delegados dos Sindicatos CGT de Paris, dirigem-vos as suas fraternais saudações sindicalistas. Os trabalhadores e as massas populares portuguesas, apoiados pelo Movimento das Forças Armadas, liquidaram o regime fascista de Caetano.

Os presos políticos foram libertados, os exilados volta-

ram à sua Pátria, os desertores amnistiados, as liberdades restabelecidas, a censura sobre a imprensa e a cultura abolida.

Em Portugal, o 1.º de Maio é hoje um dia feriado e celebrado como uma grande festa nacional. A vitória da democracia em Portugal permitiu acabar com as guerras coloniais na Guiné-Bissau, em Moçambique e em Angola, e concedeu o direito à independência a esses povos que tiveram uma luta longa e corajosa pela sua liberdade.

A Intersindical, o conjunto de forças progressistas portuguesas souberam triunfar sobre as forças reaccionárias e fascistas em Portugal.

Os congressistas são sensíveis aos esforços desenvolvidos pelos trabalhadores portugueses para implantar sindicatos de massas e de classe, reunindo todos os trabalhadores portugueses nas empresas portuguesas. Compreendemos a vossa luta actual para a

unidade sindical pela criação de uma grande central sindical de massas e de classe reagrupando todos os trabalhadores quaisquer que sejam as suas opiniões políticas, filosóficas ou religiosas. O reforço da vossa INTERSINDICAL permitirá aos trabalhadores portugueses defender com eficácia as suas legítimas reivindicações contra os monopólios.

Caros camaradas, a vitória da democracia no vosso país, é para todos os que na Europa e no mundo sofrem ainda a ditadura, uma esperança que penetra com vigor nas prisões onde estão os vossos e os nossos irmãos de Espanha.

Por tudo isto o nosso agradecimento.

Queremos assegurar-vos que a solidariedade fraterna que a CGT e os trabalhadores parisienses vos deram durante as horas sombrias do fascismo, continuará agora na vossa luta para construir um Portugal novo, livre e democrático.»

SAUDAÇÃO *D. Popular*
5/2/1975
À INTERSINDICAL

**e aos trabalhadores
portugueses**

A União Marroquina do Trabalho enviou à Intersindical Nacional a seguinte mensagem:

«Hoje como ontem não duvidámos nunca da inevitabilidade do triunfo das forças de progresso e da democracia com a classe operária portuguesa à cabeça, unida e organizada contra as forças do fascismo e da exploração.

A vitória que acaba de conquistar a vossa central sindical contra os neofascistas e os exploradores que queriam legalizar a divisão da vossa classe operária para melhor a explorar, é uma nova vitória que permitirá garantir o futuro das massas populares do vosso país que sofreram a miséria e o fascismo durante cerca de 50 anos.

Desejando-vos pleno sucesso na vossa luta vitoriosa, asseguramo-vos o nosso total apoio e a nossa solidariedade activa.»

PARTICIPAÇÃO REDUZIDA DOS TRABALHADORES

O Secretariado da Intersindical distribuiu um comunicado em que esclarece a posição assumida pelos representantes dos trabalhadores nos grupos de trabalho que colaboraram nos trabalhos preliminares do Plano Económico, afirmando nomeadamente que nesses grupos havia «elementos que não se integravam no espírito do «25 de Abril» e foram assumidas posições que não se «coadunaram na estratégia antimonopolista definida no Programa do M.F.A.».

«Defender os interesses dos trabalhadores» foi um dos motivos da participação dos representantes da Intersindical, que participaram nos grupos de trabalho da Banca, do emprego, de preços e rendimentos e da construção civil. Em relação a estes temas em que colaborou, o Secretariado da Intersindical pretende tornar pública a sua actuação.

CONTRADIÇÕES NA BANCA

A tentativa de escamotear as contradições que necessariamente se verificaram no grupo efectuou-se através da recusa sistemática, sobre os mais va-

riados pretextos, da convocação de reuniões plenárias do grupo. Dessa forma se tentou marginalizar, adiando sucessivamente a sua discussão, algumas propostas, nomeadamente as apresentadas pelos representantes sindicais, ao mesmo tempo que eram emitidas pelo Ministério das Finanças medidas que se encontravam no âmbito dos trabalhos do grupo.

SINDICATOS ISOLADOS

No grupo dos Seguros, o Secretariado da Intersindical salienta: «Neste grupo, o presidente coincidiu com o último presidente gremial da indústria seguradora e foram convocados quadros superiores de empresas da indústria como «especialistas do sector». Não foram convocados representantes da Intersindical, ao contrário do que aconteceu com a C.I.P. (Confederação da Indústria Portuguesa). Os representantes do sindicato encontraram-se à partida, isolados, desvincularam-se das decisões e tentaram apresentar uma declaração de voto com a finalidade de concluir a necessidade de nacionalizar o sector.

RELATÓRIOS ANTAGÓNICOS

Acerca do grupo da Construção Civil declara o Secretariado da Intersindical: «Este grupo cedo demonstrou a impossibilidade de trabalho colectivo, pois às propostas e posições progressistas opunha-se um grupo de representantes do patronato, ou de elementos que faziam o seu jogo, cujas tentativas iam todas no sentido de fazer voltar o sector ao 24 de Abril» e mais à frente «A agudização das contradições

permitiu a clarificação das posições antagónicas presentes no grupo, que levou à apresentação de dois relatórios perfeitamente distintos, um dos quais subscrito pelos representantes da Intersindical».

«Preços e rendimentos» e «Emprego» foram os dois grupos onde, segundo o Secretariado da Intersindical, foi possível chegar-se a conclusões colectivas em resultado de um trabalho positivo. Entretanto, no próximo plenário da Intersindical será analisado o problema.

A INTERSINDICAL ESCLARECE AS RAZÕES QUE A LEVARAM A PARTICIPAR COM O GOVERNO NA ELABORAÇÃO DO PLANO ECONÓMICO

— OS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO SERÃO DISCUTIDOS EM PLENÁRIO

«Os trabalhadores portugueses já demonstraram claramente como encaram a situação económica, de que são as principais vítimas, e sabem que constituem o seu principal factor de transformação; a progressiva e crescente intervenção do Estado na economia para que corresponda ao actual processo revolucionário só poderá ser feita em estreita aliança com as massas trabalhadoras servindo os seus interesses essenciais e propondo medidas que as ganhem a todo o momento» — afirma o Secretariado da Intersindical Nacional num extenso documento pelo qual se pronuncia quanto à participação das organizações sindicais, e nomeadamente a Intersindical, nos grupos de trabalho que, no âmbito dos Gabinetes de Planeamento dos vários Ministérios, preparou a elaboração do Plano Económico que o Conselho de Ministros já aprovou e que será dado a conhecer ao País amanhã pelo ministro sem pasta major Melo Antunes.

É o seguinte o texto integral do documento (subtitulos nossos):

«Decidiu o Conselho de Ministros na sua reunião de 20 de Novembro de 1974 que se procedesse «ao lançamento imediato de grupos de trabalho por iniciativa dos Gabinetes de Planeamento dos Ministérios correspondentes, integrando representantes do Secretariado Técnico de Planeamento, das entidades patronais e sindicais, com a finalidade de elaborarem, no espaço de tempo de um mês, relatórios sobre a situação dos vários sectores de actividade económica e com a proposição de medidas de política a adoptar a curto prazo». (Nota do director-geral do S.T.P. de 2-12-74.)

Foi desde logo decidido pelo Conselho de Ministros a criação do G. T. para «agricultura e pecuária, pesca, indústrias dos têxteis, vestuário e calçado, alimentares, metalomecânicas, construção, energia, sector financeiro (banca e seguros)» e mais tarde para «emprego, preços e rendimentos e relações económicas externas».

Foram contactados os sindicatos Bancários, Seguros e Construção Civil para que enviassem representantes seus para os grupos de trabalho respectivos.

A Intersindical foi solicitada a presença nos grupos de trabalho da banca (apenas

depois do protesto dos representantes sindicais), do emprego, de preços e rendimentos e da construção civil, ou seja, apenas 5 dos grupos tiveram representação de organizações sindicais.

A LUTA CONTRA OS MONOPÓLIOS E LATIFÚNDIOS COMO RAZÃO DE PARTICIPAÇÃO

O Secretariado da Intersindical decidiu enviar os representantes sindicais pedidos, porque: entendeu que, com a sua participação nestes grupos de trabalho seriam defendidos os interesses dos trabalhadores portugueses, pois consideramos estarem criadas as condições para que também em grupos deste tipo se caminhasse na concretização da estratégia antimonopolista e antilatifundista, definida no Programa do Governo Provisório (ponto 6 a) e b) e pelas organizações sindicais portuguesas em plenário intersindical, como a única condutora à verdadeira democratização da vida política e económica nacional; os trabalhadores portugueses já demonstraram claramente como encaram a situação económica, de que são as principais vítimas, e sabem que constituem o seu principal factor de transformação; a progressiva e crescente intervenção do Estado na economia para que corresponda ao actual processo revolucionário só poderá ser feita em estreita aliança com as massas trabalhadoras, servindo os seus interesses essenciais e propondo medidas que as ganhem a cada momento; devido ao curto prazo de 30 dias em que estes grupos teriam de propor medidas, a participação de representantes seus assumia um carácter de urgência.

OS RESULTADOS (NEGATIVOS) DA IMPOSIÇÃO DOS GRUPOS

Ao contrário do que fazia supor, esta realização decidida pelo Conselho de Ministros — a composição dos grupos — não reflectiu a actual situação política, o que teve como consequência a inoperância da maioria dos grupos que conduziu também a relatórios paralelos e conclusões antagónicas.

Nos grupos cujos elementos não se integravam no espírito do 25 de Abril houve, nomeadamente, representantes de departamentos do sector público que vieram a assumir posições que não se coadunaram na estratégia antimonopolista definida no Programa do M. F. A.

Nos grupos de trabalho sectoriais de responsabilidade dos respectivos departamentos do Estado não houve a participação de representantes dos trabalhadores, nos que funcionaram, parecendo até, pelas informações disponíveis, que alguns nem chegaram a funcionar.

Quanto ao funcionamento e composição dos grupos de trabalho adstritos ao Secretariado Técnico de Planeamento, a Intersindical deseja deixar expresso o seguinte:

BANCA: «Foi elaborado um diagnóstico sobre a situação da banca, já editado pelo Secretariado Técnico, sem que o grupo se tivesse reunido para o apreciar.

A tentativa de escamotear as contradições que necessariamente se verificaram no grupo efectuou-se através da recusa sistemática, sobre os mais variados pretextos, da convocação de reuniões plenárias do grupo.

Dessa forma se tentou marginalizar, adiando sucessivamente a sua discussão, algumas propostas, nomeadamente as apresentadas pelos representantes sindicais, ao mesmo tempo que eram emitidas pelo Ministério das Finanças medidas que se encontravam no âmbito dos trabalhos do grupo (por exemplo, Decreto-Lei n.º 810/74 e 811/74.)

SEGUROS: «Neste grupo de trabalho o presidente coincidiu com o último presidente gremial da indústria seguradora, e foram convocados quadros superiores de empresas da indústria como especialistas de sector, facto que influiu decisivamente na composição do grupo, em que representantes do sindicato se encontraram à partida isolados.

Não foram convocados representantes da Intersindical, ao contrário do que aconteceu com a C. I. P.

Os representantes dos sindicatos desvincularam-se das conclusões a que este grupo chegou e desenvolveram esforços para apresentarem, numa declaração de voto, uma análise das companhias seguradoras que demonstrasse o seu grau de concentração e monopolização, as suas ligações aos grandes grupos nacionais e internacionais e a política que prosseguem, para concluir da necessidade de nacionalização do sector.»

OS «SIGILOS» DAS REUNIÕES E OS RESULTADOS ANTAGÓNICOS

RELAÇÕES ECONÓMICAS EXTERNAS: «Num País extraordinariamente dependente do imperialismo e na actual situação política e económica que vivemos, o trabalho a ser desenvolvido por este grupo de trabalho era de fundamental importância.

Mais grave se torna portanto a circunstância de não terem sido convocados representantes dos trabalhadores, tendo as sessões do grupo decorrido com grande sigilo, cujos resultados foram apresentados num relatório, ora distribuído, que retoma medidas pensadas pelos responsáveis fascistas e que só o 25 de Abril veio impedir a concretização.»

CONSTRUÇÃO CIVIL: «Este grupo cedo demonstrou a impossibilidade de trabalho colectivo, pois às propostas

e posições progressistas opunha-se um grupo de representantes do patronato, ou de elementos que faziam o seu jogo, cujas tentativas iam todas no sentido de fazer voltar o sector ao 24 de Abril, com propostas de medidas que defendiam a preservação dos interesses da minoria de especuladores.

A agudização das contradições permitiu a clarificação das posições antagónicas presentes no grupo, antagonismo que veio a corporizar-se na apresentação de dois relatórios perfeitamente diferenciados, um dos quais subscrito pelos representantes da Intersindical, por conter propostas cujo estudo aprofundado poderá permitir uma dinamização e representação do sector, para que este contribua para a efectiva resolução dos problemas dos trabalhadores, quer quanto ao emprego quer quanto às actuais carências habitacionais.»

PREÇOS E RENDIMENTOS: «Neste grupo foi possível chegar a conclusões colectivas pelo tipo de funcionamento que se processou.

Não reflectindo estas conclusões as posições das organizações dos trabalhadores consideramo-las positivas por

poderem contribuir para uma efectiva melhoria do nível de vida das camadas mais desfavorecidas da população.»

EMPREGO: «Tal como no grupo anterior foi possível chegar a conclusões positivas. O trabalho foi orientado positivamente para medidas de emergência, na convicção, porém, de que o avanço de outros grupos permitiria uma melhor concretização de medidas mais profundas, o que não aconteceu, pondo em causa as próprias medidas de emergência.»

DISCUSSÃO ALARGADA AO PLENÁRIO DA INTERSINDICAL

Foram já apontados os motivos que levaram o Secretariado da Intersindical a designar representantes para os grupos de trabalho que o solicitaram, bem como a evolução dos trabalhos dos diversos grupos.

Face aos atrasos sucessivos, face à notícia publicada na introdução de «medidas a curto prazo» no programa económico social do Governo Provisório, e consequentemente a indeterminação dos objectivos dos trabalhos em curso, tomando em consideração todo o espírito cons-

trutivo que está subjacente à participação de representantes da Intersindical, foi decidido:

— Salientar que a composição dos grupos de trabalho não veio a permitir que se cumprissem todos os objectivos definidos pelo Conselho de Ministros;

— Denunciar a tentativa de comprometimento das organizações sindicais em opções que, a não serem oportunamente criticadas, poderiam eventualmente virar-se contra os próprios trabalhadores;

— Que os diversos representantes das organizações sindicais elaborassem um relatório sobre os temas que estiveram em discussão, a saber: banca, seguros, relações económicas externas, construção, preços e rendimentos, emprego. Este relatório constitui uma primeira contribuição de análise sindical da situação económica actual e de propostas concretas para que esta seja superada.

— Deste relatório será dada ampla divulgação de forma a poder vir a integrar eventuais contribuições das organizações sindicais dos trabalhadores.

— Incluir na agenda do próximo plenário da Intersindical um ponto de análise destes problemas.»

esfera — G

prefira a indústria nacional

Todo o português deve ajudar o seu país. Ele precisa das suas economias. Não guarde o dinheiro em casa. O governo confia em si e Você deve confiar nele. No entanto para os seus títulos de crédito, para os seus documentos, jóias ou outros valores nós fabricamos cofres de todas as dimensões. Somos uma empresa inteiramente nacional. Servimos a indústria portuguesa há mais de um quarto de século. Consulte-nos.



EDUARDO FRANCO
COFRES E PORTAS-FORTES

Praceta Dr. Valle Domingues, 3
Telefs. 21 58 87-83 93 58 DAFUNDO

SALDOS

DE TECIDOS
PARA ESTOFOS

QUINTÃO

R. SERPA PINTO 12 A

21 FEV. 1975

CONSELHO DE ESTADO APROVOU O PRINCÍPIO DA UNICIDADE

● POSTAS DE PARTE QUAISQUER RETICÊNCIAS

Na reunião de ontem do Conselho de Estado, efectuada no Palácio de Belém, sob a presidência do general Costa Gomes, começou a ser apreciada a lei sindical, motivo de tanta controvérsia nos meios políticos.

No final da reunião — que, como habitualmente, principiou às 15 horas e terminou cerca das 19,15 —, o porta-voz da Presidência da República, tenente-coronel Ferreira da Cunha, referindo-se a alguns pontos da agenda de trabalhos, revelou que havia sido tratada, efectivamente, a lei das associações sindicais, discutida na generalidade. O Conselho de Estado — acrescentou aquele oficial — aprovou o princípio da unicidade. Quer dizer: estão postas de parte, portanto,

quaisquer reticências quanto à constitucionalidade da unicidade sindical.

O CLERO E O FASCISMO DOMINAM AINDA OS TRABALHADORES

— AFIRMOU-SE NUMA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

A propósito de uma deslocação aos Açores e Madeira de uma delegação da Intersindical, foi ontem convocada uma conferência de Imprensa, durante a qual os elementos que nas ilhas contactaram as populações prestaram esclarecimentos aos jornalistas.

Segundo opinião da Intersindical, o panorama político e sindical naquele arquipélago é deveras deprimente; no plano organizativo está, praticamente, tudo por fazer...

Os trabalhadores, na sua quase totalidade, continuam sujeitos a despedimentos, não auferem, sequer, o salário mínimo nacional, não conseguem afastar, por meio do saneamento, figuras do antigo regime, que continuam em postos-chave, como, por exemplo, o governador civil da Madeira e o presidente da Câmara Municipal de Machico, entre outros. *«A falta de apoio sindical — dado que os sindicatos existentes são amorfos e não estimulam os trabalhadores para a luta — reflecte-se em todos os aspectos da vida, nas ilhas adjacentes, onde é premente que chegue, por exemplo, a informação correcta do que se vai passando no con-*

tinente» — afirmou um dos dirigentes da Intersindical.

Com efeito, até a Emissora Nacional, cujos noticiários vão para o ar, nos Açores, às 11 horas da manhã e às 6 da tarde, ao emitir serviços noticiosos a horas em que as populações estão a trabalhar, realiza uma deficiente cobertura dos acontecimentos, sendo urgente gravar aqui os noticiários e diferenci-los a horas normais de escuta.

Também os jornais diários chegam àquele arquipélago com dois ou três dias de atraso, custando 6\$50 cada um, o que torna impossível a sua aquisição regular pela maioria dos trabalhadores.

Outro problema de real importância, posto igualmente durante a referida reunião, foi o da presença da base americana na ilha Terceira.

A preocupação que domina os habitantes da ilha, onde metade da população depende economicamente da base, posto que ali trabalham 2000 portugueses, é a ameaça de desemprego, o que entra em conflito com a normal aspiração de independência nacional.

É necessário — conforme

foi prometido aos açorianos pelo ministro dos Negócios Estrangeiros — que a revisão do acordo com os americanos não seja tratada nas costas dos trabalhadores.

Contudo, repetimos, a ocupação domina a ilha, pois das negociações que decorrem nada lhes foi revelado e os trabalhadores têm também uma palavra a dizer.

Na Madeira, é mais positiva a nota, no referente à organização das classes, recolhida pela delegação da Intersindical, a qual afirma terem sido agora lançadas as bases para a criação de união de sindicatos, nos diversos distritos, cujo arranque se prevê para breve.

Contudo, subsistem todos os problemas referentes ao sector dos bordados, onde continuam por sindicalizar 18 mil bordadeiras, que trabalham em casa e auferem vencimentos da ordem dos 500\$ mensais; na construção civil e na indústria hoteleira, onde impera a lei dos despedimentos; nos campos, onde os latifundiários continuam com a exploração consentida até aqui e nos centros piscatórios, onde ainda nem existem trabalhadores sindicalizados.

«Não iludiremos ninguém se afirmarmos que a reacção e o fascismo, apoiados pelo clero, dominam as condições de vida dos trabalhadores das ilhas adjacentes. Ajudá-los a criar condições de luta, através de sindicatos organizados, é o principal objectivo da Intersindical, que continuará a manter contactos periódicos com os sindicatos já existentes na Madeira e Açores» — afirmou-se, a concluir, naquela conferência de Imprensa.

22 FEV. 1975

Sindicalismo

O MOVIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA

Apesar da pequena ascensão da classe trabalhadora industrial (operariado) durante o período da democracia parlamentar republicana (1910-1926) que precedeu a era de Salazar, os sindicatos adquiriram uma relativa força até 1926 e foram objecto de violentos ataques por parte de vários governos republicanos.

Em 1933, apesar da resistência dos trabalhadores, Salazar desmantelou-os, confiscou-lhes os bens e prendeu ou deportou os seus mais proeminentes chefes. Substituiu-os pelos «sindicatos» controlados pelo Estado, divididos numa multiplicidade de pequenos sindicatos distritais, e por ofícios, que não tinham permissão para se federar, quer a nível nacional, quer internacionalmente.

Havia em 25 de Abril de 1974 cerca de quatrocentos destes sindicatos.

Eram levadas a efeito eleições para os corpos directivos dos sindicatos, mas eram preparadas e, mesmo assim, uma vez eleitas as comissões ficavam sujeitas à aprovação do Ministério das Corporações, que imediatamente eliminava qualquer elemento com cadastro político.

O Estado corporativo negava a luta de classes e reivindicava o papel de conciliador de interesses do capital e do trabalho. Agia assim, negando aos trabalhadores a sua principal arma contra a exploração capitalista — o direito à greve —, e pondo em acção uma legislação repressiva, que quebrava pela base qualquer tentativa de organização independente por parte dos trabalhadores.

Além disto, se as comissões executivas dos sindicatos levassem a cabo acções consideradas contra os in-

teresses nacionais, eram imediatamente dissolvidas e substituídas por comissões administrativas nomeadas pelo Governo.

Portanto, essa organização tinha de ser levada a efeito clandestinamente, sob a constante ameaça da prisão e da tortura brutal, por parte da PIDE, que mantinha uma rede completa de espões e informadores a todos os níveis da sociedade portuguesa. Centenas de militantes da classe trabalhadora foram presos ou deportados para o tristemente célebre campo de concentração do Tarragal, na ilha do Sal. Muitos ali morreram.

ram a localidade industrial da Marinha Grande (grande centro vidreiro), que mantiveram em seu poder durante vários dias.

Em 1942 e 1947, assistiu-se às maiores greves nacionais em massa de que há memória em Portugal, envolvendo engenheiros, operários da construção metálica, caldeiros, operários da indústria têxtil e muitos outros. O regime reagiu, prendendo os principais militantes e submetendo-os a julgamento, tortura e prisão. Porém, o terror do fascismo não conseguiu fazer recuar a luta da classe trabalhadora.

Em 1962, mais de cem mil trabalhadores e estudantes desafiaram a lei contra as manifestações e encheram as ruas de Lisboa. Cerca de duzentos mil trabalhadores agrícolas forçaram a regime a aceitar a sua exigência do dia de oito horas de trabalho.

Tentativas de liberalização

Em 1968 Marcelo Caetano subiu ao Poder. Posto perante o número crescente de greves provocadas pela subida contínua do custo de vida, os empresários tentaram descobrir que era demasiado fraca para poder enfrentar qualquer «liberalização».

O período conhecido como a «Primavera liberalizadora de Caetano» terminou em 1970, com a publicação de uma lei que permitia ao Governo suspender as direcções dos sindicatos democraticamente eleitos e encerrar os sindicatos. Porém, o movimento da classe trabalhadora tinha adquirido força e os trabalhadores lada pelo Governo, organi-

zaram uma manifestação no Aeroporto de Lisboa.

A Polícia disparou sobre a multidão e feriu vários trabalhadores. Apesar das constantes interrupções das reuniões sindicais por parte da Polícia, os trabalhadores continuaram a organizar-se e a apresentar as suas reivindicações.

Na véspera do 25 de Abril

O golpe militar que depôs Caetano foi precedido por uma onda de lutas que ganharam força nos fins de 1973 e princípios de 1974. Houve importantes greves nas firmas Plessey, Standard, Grundig, General Instruments, Lusitana, British Leylands, Signetics, ITT, Fábrica de Lãs União, Fábrica Leão, e muitas outras.

Estas greves alastraram por todo o País e eram os indícios de que o aparelho fascista, sob pressão cada vez maior dos movimentos de libertação africanos nas colónias e da crescente militância dos trabalhadores em Portugal, estava a desintegrar-se.

Um dos focos da actividade da Intersindical foi a campanha para o salário nacional mínimo de seis mil escudos por mês, que forneceu a base para muitas das lutas que então tiveram lugar. Todavia, depois do golpe de 25 de Abril, denunciou este salário mínimo como não realista e recusou-se a apoiar muitas greves com base nesta reivindicação. Ao mesmo tempo, as comissões de trabalhadores continuaram a desenvolver-se a nível local.



Apesar destas severas restrições, travaram-se importantes lutas. Em 1934, foi organizada uma greve geral — os operários toma-

ram afastar as lutas das suas instalações e institucionalizá-las sob o controlo de corpos burocratizados que mais facilmente se pudessem parecer com autênticos sindicatos.

Foram promulgadas as leis permitindo aos sindicatos agir mais facilmente: uma delas acabou com a prática de submeter a eleição dos corpos directivos dos sindicatos à aprovação ministerial — em vez disso, a elegibilidade dos candidatos era verificada por uma comissão formada por membros do próprio sindicato; a outra, instituiu um prazo obrigatório para a instituição de contratos colectivos.

As lutas da classe trabalhadora adquiriram um novo ímpeto com o abrandamento das restrições. Em 1968, os trabalhadores da Carris, que detém o monopólio dos transportes públicos — eléctricos e autocarros — na cidade de Lisboa, entraram em greve, mantendo os serviços a funcionar, mas recusando-se a cobrar os bilhetes.

Em Janeiro de 1969, uma onda maciça de greves varreu Portugal, envolvendo mais de setenta mil trabalhadores, e, em Novembro do mesmo ano, os estaleiros da Lisnave foram ocupados por cinco mil operários.

Em 1970, foram eleitos sindicatos listas antigovernamentais e foi durante esse período que as comissões de fábrica — grupos de trabalhadores — apareceram pela primeira vez: comissões de militantes operários e dirigentes, eleitas no próprio local de trabalho, e que estão agora a dirigir as lutas da classe trabalhadora em Portugal.

As lutas económicas transformaram-se inevitavelmente em lutas que desafiaram o Estado fascista e as suas guerras coloniais e ameaçaram minar toda a base da estrutura do Poder.

portugueses não tolerariam por mais tempo as tentativas do regime para fazer vergar a sua organização.

O caminho para a organização

Num esforço para unir os sindicalizados contra esta lei repressiva, a Intersindical foi formada em Outubro de 1970, durante uma reunião convocada pelos Sindicatos dos Empregados no Comércio, Operários da Indústria de Lanifícios, Operários Metalúrgicos e Empregados Bancários de Lisboa. Outros sindicatos se lhes juntaram e, em Janeiro de 1971, quarenta e um sindicatos estavam representados nas reuniões da Intersindical.

Ao mesmo tempo que o isolamento dos antigos sindicatos começava a ser quebrado, as acções de solidariedade aumentaram e a actividade ao nível das empresas desenvolveu-se e alargou-se por todo o País.

Notável durante este período foi a luta dos empregados bancários relativamente ao seu contrato colectivo de trabalho, que levou a várias suspensões de trabalho, manifestações de massa e confrontos com a Polícia, em Lisboa e no Porto e terminou com a prisão do presidente e o encerramento do Sindicato dos Empregados Bancários nas duas principais cidades do País, por determinação do Governo.

Paralelamente a esta, desenvolveu-se a luta dos operários metalúrgicos, que adquiriu força em várias partes do País. Na véspera da partida de Marcelo Caetano para Londres, para assistir às celebrações do Governo conservador do 600.º aniversário da velha Aliança Anglo-Lusa, os trabalhadores da TAP, vendo uma reunião sindical cancelada

O fim do fascismo

O 25 de Abril foi a luz verde para todos os sectores da classe trabalhadora portuguesa. A Intersindical foi oficialmente reconhecida e iniciou o seu trabalho para reestruturar o fragmentado sistema dos sindicatos. Contudo, recusou-se a apoiar várias lutas, ficando isolada de algumas bases.

Durante os primeiros três meses após o golpe militar, os trabalhadores de todo o País entraram em greve para conseguir melhores salários e melhores condições de trabalho. Os fascistas foram corridos das administrações e dos sindicatos e foram eleitas comissões de trabalhadores, em reuniões de massa, para representar os trabalhadores.

Dúzias de fábricas foram ocupadas, em apoio às reivindicações dos trabalhadores e contra as ameaças de encerramento por parte dos patrões. Em muitos casos, os jornais e os boletins informativos foram produzidos localmente para descrever as lutas e conseguir apoio por parte de outras fábricas e dos habitantes locais.

As pequenas e médias indústrias, incapazes de satisfazer as reivindicações, foram forçadas a despedir os trabalhadores; outras tiveram de encerrar, quando verificaram que a exploração da mão-de-obra barata tinha acabado. Contudo, é através de confrontações deste género que os trabalhadores portugueses estão a aprender rapidamente que, nos países que vivem uma profunda crise provocada pelo sistema capitalista, a única alternativa para o fascismo é o socialismo. — O. C. S.

Delegados da Intersindical regressam das ilhas

DLx
22/2/1975

Regressada das Ilhas Adjacentes no dia 18, a delegação da Intersindical fez um balanço dos contactos efectuados na Madeira e nos Açores durante 12 dias e desenhou as perspectivas aí existentes de desenvolvimento da actividade sindical.

A delegação, composta por Caiano Pereira, João Veiga, Francisco Vidal e Maria Filomena Santos, declarou ter actuado principalmente no sentido de recolher dados sobre a presente situação sindical das ilhas — onde o esclarecimento político escasseia, a informação não chega e a reacção continua a dominar — e fornecer informações sobre a prática sindicalista no Continente, sobre a Intersindical e a lei das associações sindicais. Sobre este ponto, consideraram os delegados da Intersindical que a polémica à volta da «unidade» terá tido «aspectos mais nefastos do que no Continente». Segundo os delegados, ainda está por fazer a renovação de muitas direcções sindicais e a sua prática será, em muitos casos, idêntica à que tinham antes do 25 de Abril. A falta de informação, ou a informação predominantemente

reaccionária, como é o caso dos Açores, contribuirá para o menor grau de mobilização que os delegados encontraram nas ilhas. Na Madeira, segundo disseram, praticamente apenas a União dos Povos da Madeira (com expressão no «Comércio do Funchal») tem desenvolvido mobilizações populares. Os noticiários da Emissora, transmitidos em directo para os Açores, vão para o ar quando grande parte dos interessados está nos locais de trabalho e os jornais baseiam-se na imprensa estrangeira de direita.

Referindo os resultados práticos alcançados com a visita, os delegados afirmaram ter-se avançado na criação de Uniões de Sindicatos em Ponta Delgada, Horta e no Funchal e feito contactos com direcções sindicais, secções locais, delegações de sindicatos do Continente e comissões pro-sindicais, e também reuniões com trabalhadores, destacando uma, com mais de mil pessoas, em Ponta Delgada. Fizeram-se também reuniões com os pescadores açorianos, que não dispõem de organismos de classe, criando-se condições para o seu aparecimento.

A INTERSINDICAL NA CONFERÊNCIA DE GENEBRA

D. LISBOA - 1/3/1975

GENEBRA, 1 (FP e DL) — Os dirigentes sindicais de 24 países da Europa de Leste e do Ocidente reuniram-se ontem em Genebra, a fim de discutirem até ao meio dia de hoje os problemas da «humanização das condições de trabalho».

Todos os dirigentes dos sindicatos do Leste da Europa estão presentes em Genebra, tal como as centrais de tendência comunista da França (C.G.T.), da Itália (C.G.I.L.), da Espanha (Comissões Operárias — clandestinas) e de Chipre (C.W.C.).

Em contrapartida, os sindicatos de tendência não comunista estão representados, mas não pelos seus dirigentes, à excepção dos britânicos e dos alemães ocidentais, cujos secretários-gerais estão presentes.

A Intersindical Nacional portuguesa também está presente.

Os observadores pensam que a Conferência Sindical aprovará, no sábado, uma «declaração» que juntará as opções convergentes de todos estes sindicalistas que actuam em meios políticos diversos.

Para a C.G.T., «os processos técnicos e tecnológicos não levam automaticamente a uma melhoria das condições de trabalho. Regra Geral, pode-se mesmo avançar que a introdução de técnicas novas é acompanhada por modificações das condições de execução do trabalho traduzindo, na maior parte das vezes, um aumento do grau de exploração dos trabalhadores».

Finalmente declarou que, «perante a crescente concentração dos capitais e, sobretudo, perante o poderio cada vez maior das empresas multinacionais, é preciso que os sindicatos fortaleçam as suas actividades internacionais e as coordenem».

CONVOCADOS PELA INTERSINDICAL

CONTRA O DESEMPREGO E O CUSTO DE VIDA

REALIZAM-SE NO DIA 21 COMÍCIOS SIMULTÂNEOS NOS DIVERSOS DISTRITOS

COIMBRA, 10 — No salão da F. N. A. T. terminou ontem o plenário da Intersindical, que se prolongou por dois dias, com a presença de delegados de todo o País, e que teve uma extensa agenda de trabalhos, em que se destacava, entre outros importantes assuntos, o plano económico e o horário nacional.

Foram ainda abordados problemas relacionados com as comemorações do 1.º de Maio, tendo sido aprovada a constituição de uma comissão nacional para a sua efectivação.

Foram tratados problemas da maior pertinência que se impõe enfrentar, tais como o do desemprego, que neste momento afecta mais de 200 mil trabalhadores; o aumento do custo de vida, num processo inaceitável pelos trabalhadores; o propósito do patronato no sentido de sabotar a contratação colectiva do trabalho e a falta de respeito pelos mesmos quanto aos acordos estabelecidos.

Finalmente, foi aprovada a seguinte proposta:

1 — Que a Intersindical manifeste junto do Governo Provisório e do M. F. A., em termos bem precisos, o seu protesto pelo constante agravamento do custo de vida e pelo aumento dos despedimentos que tem vindo a avolumar-se assustadoramente, sem que para tal hajam tomado medidas eficazes.

2 — Que, de imediato, se realize um amplo debate do plano económico em todos os

locais de trabalho, plenários de delegados sindicais, assembleias gerais de trabalhadores e sessões de esclarecimento, que permita encontrar soluções práticas que resolvam os problemas dos trabalhadores e conduzam a concretização do processo revolucionário.

3 — Que as conclusões deste debate sejam transmitidas pelos sindicatos ao Secretariado da Intersindical.

4 — Que o Secretariado da Intersindical proceda a compilação das respectivas conclusões, as apresente ao Governo Provisório, M. F. A. e demais entidades que entenda, dando-

-lhe a maior divulgação possível.

5 — Que se realizem no dia 21 do corrente, nos diversos distritos, comícios que visem: fim ao desemprego, contra os despedimentos, contra o aumento do custo de vida, pela actualização do salário mínimo, pelo cumprimento dos contratos colectivos, pelo congelamento de preços, pela aplicação eficaz do Decreto 660/74, pelo fim dos monopólios e latifúndios, por um programa económico ao serviço da classe trabalhadora, pelo saneamento a todos os níveis do aparelho do Estado, pelo esforço da aliança Povo/M. F. A., pelo avanço do processo revolucionário contra o fascismo, pela democracia, contra o capitalismo e pelo socialismo.

6 — Que o Secretariado da Intersindical promova uma ampla divulgação desta proposta, quer por meio de documentos, quer através dos órgãos de comunicação social.

A unidade sindical imposta leva ao «contrôle» administrativo e policial

— declarou Salgado Zenha na sessão de encerramento do I Encontro Nacional dos Bancários Socialistas

«A unidade sindical imposta pela mão forte do Estado, sob o domínio administrativo e policial, declarou o dr. Salgado Zenha na sessão de encerramento do I Encontro Nacional dos Bancários Socialistas, que decorreu no último fim-de-semana, com a participação de 200 pessoas ligadas a esta actividade profissional e todas filiadas ao P. S.»

«O dirigente socialista, no breve discurso que proferiu, no Teatro Vasco Santana, antes e depois final de realizar os trabalhos efectuados em 1932 no Hotel das Arcadas, na Praia Grande, realçou a importância de preservar a unidade sindical, mas dentro da liberdade, pois quando simpatizava — fuzado — com a luta em favor de desagravos dos trabalhadores.»

«Essa unidade — disse — só pode, portanto, ser encontrada na liberdade. «Mesmo num regime socialista, a unidade sindical só pode ser conseguida pelo Estado, nos socialistas, não querendo a liberdade sem socialismo, mas também não querendo socialismo sem liberdades.» declarou ainda Salgado Zenha, referindo-se ao «DECLARACÃO» sobre sindicalismo a que a «comissão chego» e com as quais disse concordar plenamente.

Direito de tendência

«Neste importante capítulo de acção, o Sr. Salgado Zenha, em conclusão, afirmou que a unidade deve ser preservada, apesar das tendências divergentes que não deixaram de surgir, e accionadas as...»

Defendendo os sindicatos como entidades, mas não apolíticas, os bancários socialistas entendem que a unidade deve preservar-se e garantir-se livre expressão e a representatividade das correntes minoritárias nos sindicatos, através da institucionalização do direito de tendência, consagrado no France. O direito de tendência deve, assim, consistir em representatividade proporcional de locais às tendências sindicais, ao nível dos órgãos executivos, embora os órgãos executivos devam ser constituídos exclusivamente pela tendência majoritária, devendo obrigarem a respeitar reciprocamente as regras democráticas.

Eleições para a Constituinte

Salgado Zenha, em seguida, declarou que há uma profunda contradição entre liberdade e socialismo, e que não o P. S. estava apto a provar. Referindo-se ao que os socialistas entendem para alcançar poderes políticos, o dirigente socialista afirmou que tais actos podem comprometer o socialismo e favorecer a reacção.

Falando sobre as eleições de 12 de Abril, Salgado Zenha disse que a sua realização era uma efectiva conquista do processo democrático em geral, consagrando todos os direitos em seu conjunto, não engratadamente, através de atenuantes para as demeritadas ou desvalorizar os seus resultados.

A sua boa realização — acrescentou — é um preceito que se espera de franc. A reacção e todo o processo opera colomboz pela direita, tendo, mais cedo ou mais tarde, um regime sem liberdade e sem socialismo.

Para evitar a tal perigo, declarou ser necessário manter viva a aliança das forças democráticas (M.F.A.) organizações de trabalhadores e partidos políticos, o que implica, mais, quer a luta por interesses e a sua constituição e quer a luta por forças que devem construir esta aliança socialista e democrática.

Sindicalismo, Economia e Política

Durante a tarde de sábado e a manhã de domingo, os dois bancários socialistas de constituição e lutas debateram importantes aspectos da vida profissional, social e política, na busca de pontos novos quanto ao futuro e sobre contributo para a luta da reconstrução da sociedade portuguesa.

de ordem a tarde em Lisboa, foram dadas as respectivas conclusões e que se chegou aos pontos de actualização e economia e política.

«No que respecta a sindicalismo, foram defendidas as seguintes ideias: a unidade e o domínio de parte dos trabalhadores socialistas para a imposição imposta de auto-governo, mediante os trabalhadores (organização de sua institucionalização e estatuto legal); as relações humanas no trabalho (relações na empresa, sindicatos e relações não só com os empregados para uma efectiva defesa dos trabalhadores); a luta de tendência nos sindicatos (a defesa das minorias); a prevenção dos...

do Banco Postal Espanhol e a grade de outro do Banco Hispano Americano.

Uma posição, apresentada por um dos participantes, relativa ao trabalho dos empregados, social, e que foi fundamentalmente a proposta para uma discussão de todo o trabalho em termos económicos e de um julgamento sobre os trabalhos efectuados.

Antes da leitura das conclusões, falou o Sr. Salgado Zenha, em nome do P. S., sobre o trabalho de todos, pelo o sindicalismo é necessário. Encerrando, um momento da discussão dos trabalhos, que durou no...

decorrer da sessão, deu algumas informações sobre os acontecimentos que se seguiram ao encontro realizado, sendo 4000 pessoas assistidas, para além das 200 pessoas que constituíam o núcleo do trabalho, pelo processo realizado até à realização de uma sessão de trabalho de actualização dos trabalhadores, ao qual compareceram cerca de 1000 pessoas, incluindo os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização do Banco Postal Espanhol.



Salgado Zenha falando na sessão de encerramento do I Encontro Nacional dos Bancários Socialistas

«Durante a sessão, o Sr. Salgado Zenha, em seguida, afirmou que a unidade deve ser preservada, apesar das tendências divergentes que não deixaram de surgir, e accionadas as...»

A unidade de economia e política, portanto, deve ser preservada, apesar das tendências divergentes que não deixaram de surgir, e accionadas as...»

Apoio aos químicos e aos bancários espanhóis

Durante a sessão, o Sr. Salgado Zenha, em seguida, afirmou que a unidade deve ser preservada, apesar das tendências divergentes que não deixaram de surgir, e accionadas as...»

Na mesma ocasião, protestou contra o despojamento de dois trabalhadores...

P. Popular 10 MAR 1977

Plenário da Intersindical

COIMBRA, 10. — Durante dois dias, decorreu nesta cidade, no salão da F. N. A. T., um plenário da Intersindical, a que estiveram presentes delegados de todo o País. Desta reunião, que não foi facultada aos órgãos da Informação, foi distribuído um comunicado, em que se diz ter sido aprovada a proposta seguinte:

§Considerando que a direcção do Sindicato dos Químicos de Lisboa fez graves acusações públicas à Intersindical; considerando que antes de assumir essas posições as deveria ter discutido previamente com a Intersindical de que é membro; considerando que nunca o fez nem sequer a levou ao plenário da Intersindical, como também era seu de-

ver; considerando que a sua actuação nada contribuiu para a unidade e para o prestígio da organização sindical unitária dos trabalhadores portugueses, considerando ainda o comportamento antidemocrático da direcção do Sindicato dos Químicos de Lisboa em plenário e a total ausência de trabalhos no Secretariado da Intersindical e dos grupos de trabalho para que tinham sido eleitos, propõe-se:

1. Um voto de censura à direcção do Sindicato dos Químicos pelo seu comportamento;
2. Destituir a direcção deste Sindicato no Secretariado e de todos os cargos que, porventura, ocupe na Intersindical

Acrescente-se, contudo, que o Sindicato dos Químicos de Lisboa continua a pertencer à Intersindical, dado que não deverão ser os trabalhadores nele filiados a sofrer as consequências da actuação incorrecta da sua direcção.»

POSIÇÃO DE FORÇAS DO TRABALHO

SINDICATOS UNIDOS AO MFA EM DEFESA DA DEMOCRACIA — PROPOSTA DA USP

O secretariado da União dos Sindicatos do Porto também distribuiu um comunicado, no qual salienta que «a reacção não desarmou com o 28 de Setembro, não desistirá com o 11 de Março se os trabalhadores não avançarem resolutamente e unidos em estreita aliança com o MFA na construção e defesa de uma sociedade realmente democrática».

Relembrando seguidamente os acontecimentos que faziam prever o golpe contra-revolucionário de 11 de Março, tal como ataques caluniosos ao MFA e

Braga: «Pelo fim da exploração capitalista»

Também em Braga a União dos Sindicatos do distrito difundiu um comunicado pela população, em que aceitava: «a defesa dos nossos filhos faz-se na rua, nos sindicatos e nos locais onde seja necessário estarmos vigilantes na defesa da unidade Povo/MFA. Só assim faremos a revolução popular que há-de emancipar os trabalhadores e libertar o povo português da miséria e da injustiça social. Mais uma vez a reacção experimentou a capacidade dos trabalhadores e estes mais uma vez responderam: a reacção não passará». No final, a União dos Sindicatos apela para que todos os trabalhadores percão o medo, porque eles são uma força invencível ao lado das Forças Armadas, e para que lutem pela sua emancipação total, pela destruição das forças reacçãoárias, pelo fim da exploração capitalista, pela revolução socialista».

às leis de saneamento, a proliferação de greves nos liceus, aumentos de preços de produtos essenciais bem como outras actuações provocatórias, o secretariado do USP preconiza uma actuação concertada, de toda a estrutura sindical em todos os momentos de perigo como aqueles vividos recentemente em que a paralisação geral e concentração e vigilância em pontos estratégicos foram decisivos na luta ombro a ombro com o MFA na defesa das conquistas democráticas já alcançadas.

Pedindo depois atenção às palavras de Vasco Gonçalves quando apelava à união dos seus sindicatos, a USP salienta que é preciso redobrar a vigilância, cerrar fileiras em torno da organização sindical, manter permanente contacto com os sindicatos para que a reacção não passe.

Banco Português do Atlântico: «pura traição para com o povo português»

Por sua vez, os trabalhadores do Banco Português do Atlântico condenam vigorosamente a intenção contra-revolucionária e altamente atentatória da instauração da democracia em Portugal e de pura traição para com o povo português», afirmando o seu incondicional apoio ao MFA e ao Governo Provisório no combate à reacção capitalista até à sua total exterminação. «Não esquecendo a nossa condição de profissionais conscientes, esclarecemos o público em geral de que, para sua garantia, tud' faremos para que seja assegurado o bom funcionamento dos serviços deste banco, logo que se verifique a sua reabertura».

Pescadores sanearam servidores de Tenreiro

O Sindicato Livre dos Pescadores — segundo um comunicado — afirma que ao ter conhecimento da manobra contra-revolucionária fez publicar, imediatamente, um comunicado chamando a atenção para a vigilância da classe a fim de abater a reacção e apelando, simultaneamente, para a comparência dos pescadores numa reunião permanente sobre o momento político actual.

Durante a noite foram programados piquetes de vigilância em toda a Docapesca e Junta Central das Casas dos Pescadores.

«Atendendo a que desde o dia 30 de Junho era pedido, pela classe, o saneamento de alguns funcionários da Junta Central, a classe reunida de madrugada, decidiu ocupá-la, não deixando entrar funcionários, que ficaram suspensos. «Deste modo, os pescadores viram, finalmente, satisfeitos os desejos que queriam, afastando parte de alguns servidores do «tenreirismo».

Alfândega do Porto — piquetes de vigilância

Numa tomada de posição, o Sindicato Nacional dos Ajudantes de Despachante Oficial, Despachantes Privativos e Agentes Aduaneiros do Porto apreciou os acontecimentos do 11 de Março vividos na Alfândega do Porto, vindo tornar público que «cerca das 15 horas, a Direcção da Alfândega do Porto deu ordem para o encerramento dos serviços, alegando ter recebido instruções nesse sentido da Direcção-Geral das Alfândegas».

Entretanto, salienta o comunicado daquele organismo sindical, «os trabalhadores querendo fazer eco dos apelos de vigilância emanados do MFA, decidiram permanecer em piquetes no local de trabalho, até a hora em que tomaram conhecimento de que a situação se encontrava sob total controlo das FA».

O comunicado termina dizendo que se lamenta que o Sindicato «não tenha sido consultado antes que a ordem de encerramento das instalações chegasse a grande massa trabalhadora».

Sindicatos vigilantes

Quanto ao Sindicato das Indústrias Químicas do Norte, afirma igualmente o seu apoio às forças progressistas do MFA na sua luta em defesa das liberdades democráticas e da independência nacional. E o Sindicato dos Transportes Rodoviários de Vila Real reafirma que mantém a vigilância revolucionária.

Trabalhadores exigem confiscação de bens

Os trabalhadores da firma Salvador Caetano manifestaram, por seu turno, o seu decidido apoio ao MFA por mais uma vitória sobre a reacção, que pretendia derrubar a democracia iniciada em 25 de Abril, pedindo ao Governo a confiscação de bens dos indivíduos que abandonaram o país e o julgamento imediato dos traidores. Igualmente os trabalhadores da fábrica Uniteca de Estarreja expressaram o seu resolutivo apoio à acção do MFA.

Trabalhadores da Hoescht (Porto) pedem uma severa punição dos responsáveis

Os trabalhadores da Hoescht Portuguesa no Porto remeteram ao presidente da República, ao primeiro-ministro e à Comissão Coordenadora do MFA telegramas em que pedem «a averiguação total dos implicados, e sua responsabilidade nos acontecimentos de 11 de Março; julgamento imediato e punição severa de todos os responsáveis reacçãoários e fascistas; e saneamento eficaz a todos os níveis».

COMÍCIO DA INTERSINDICAL NA TERÇA-FEIRA

REPUBLICA
15/3/75

No intuito de festejar a vitória dos trabalhadores, das forças progressistas e do MFA a Intersindical Nacional convoca para a próxima terça-feira, às 21 horas, no Campo Pequeno um comício.

As palavras de ordem da convocatória da Intersindical: «Pelo avanço do processo revolucionário», «pelo castigo

impiedoso dos contra-revolucionários», «contra o aumento de preços», «pela actualização do salário mínimo nacional», «contra o desemprego», «pelo reforço da aliança Povo-MFA», «pelo saneamento de todo o aparelho de Estado», «por um Governo que corresponda à vontade das massas populares».

O COMÍCIO

D. POPULAR
17/3/1975

DA INTERSINDICAL

ACTUALIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

- uma das palavras de ordem

A Intersindical Nacional promove amanhã, pelas 21 horas, no Campo Pequeno, um comício que, nos termos de um comunicado enviado aos órgãos de Informação, se deseja uma jornada de luta contra a reacção. As palavras de ordem, às quais estará subordinado o comício, são as seguintes:

«Pelo avanço do processo revolucionário», pelo «Castigo impiedoso dos contra-revolucionários», «Contra o aumento dos preços», «Pela actualização do salário mínimo nacional», «Contra o desemprego», «Pelo reforço da aliança Povo-M. F. A.», «Pelo saneamento de todo o aparelho de Estado» e «Por um Governo que corresponda à vontade das massas populares».

Reunião promovida pelo Sindicato dos Contínuos e Porteiros

Promovida pelo Sindicato dos Contínuos, Porteiros e Profissões Similares, realiza-se amanhã, à noite, na Calçada do Combro, 38-A, 2.º, uma reunião para os trabalhadores ao serviço das empresas de vigilância e prevenção. A reunião tem como objectivo discutir uma proposta a enviar às entidades patronais, a fim de ser negociado um contrato colectivo de trabalho.

18 MAR. 1975

COMÍCIO DA INTERSINDICAL ESTA NOITE NO CAMPO PEQUENO

«Nas últimas semanas o grande capital reaccionário intensificou a sua campanha antidemocrática criando condições para um golpe contra-revolucionário. No passado dia 11 do corrente, acossado pela denúncia que as forças progressistas vinham fazendo dos objectivos que a sua orquestrada campanha claramente visava, a reacção atacou à luz do dia, mostrando mais uma vez a sua verdadeira face.»

Estas são palavras de um comunicado da Intersindical, que convoca os trabalhadores para um grande comício logo, às 21 horas, na Praça do Campo Pequeno, para festejar as últimas conquistas dos trabalhadores sobre a reacção. As palavras de ordem principais são: Pelo avanço do processo revolucionário! Pelo reforço da aliança Povo/MFA! Contra o fascismo pela democracia!

Contra o capitalismo pelo socialismo!

No final actuarão os elementos dos coros e danças dos Sindicatos Soviéticos.

ORGANIZAÇÕES SINDICAIS ESTRANGEIRAS APOIAM A LUTA DO POVO PORTUGUÊS

Entretanto na sede da Intersindical Nacional foram recebidas mensagens de apoio e solidariedade com a luta

dos trabalhadores portugueses, regozijando-se com mais esta derrota da reacção. Entre os telegramas chegados contam-se os da Central Única dos Trabalhadores do Chile, da Federação Sindical Mundial, do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, da C.G.T. e C.F.D.T., de França, dos Sindicatos de Berlim da República Democrática Alemã, da Federação dos Sindicatos do Vietname, do Sindicato Nacional dos Professores da C.G.T. (França), da Federação da Construção Civil da C.G.T. (França), do Sindicato dos Empregados de Escritório da Zambézia, da União Geral da Federação da Função Pública da C.G.T. (França), das secções sindicais da C.G.T. e C.F.D.T. da Fábrica Savieu (França), da União Departamental C.G.T. de Essone (França), da Federação da Educação Nacional da C.G.T. (França) e dos delegados ao Encontro Nacional da C.G.T. de França sobre os problemas da Imigração Portuguesa.

De trabalhadores, sindicatos e empresas portuguesas contam-se por muitas as mensagens recebidas, todas elas contendo uma nota comum: a satisfação por ser possível o avanço do processo revolucionário.

ONTEM NO COMÍCIO DA INTER

"O PODER ECONÓMICO NAS MÃOS DO PODER REVOLUCIONÁRIO"

Perante milhares de pessoas, oradores disseram ontem, no Campo Pequeno, em comício de chuva e de frio, das razões que fazem da Intersindical um movimento unido e forte ao serviço dos trabalhadores: «expropriação imediata dos grandes latifúndios» e um «plano económico que faça reverter para quem trabalha os frutos do desenvolvimento». O comício efectuava-se também para festejar a vitória das forças progressistas no 11 de

Março. Os presentes tinham um propósito: a construção de uma sociedade socialista, manifestando-se em palavras de ordem contra o desemprego, os despedimentos e os aumentos do custo de vida. Todos também se manifestaram a favor da actualização do salário mínimo e pelo fim dos monopólios e latifúndios, exigindo, também o saneamento e o avanço do processo revolucionário. Cantando — Luísa Basto, José Jorge Letria e Samuel.

Presidiram ao comício Antero Martins e José Judas, do secretariado da Intersindical. Todos os sindicatos do distrito de Lisboa disseram «sim», isto é, fizeram-se representar. Foi primeiro orador Anselmo Dias, do Sindicato dos Bancários, que começou por referir o significado revolucionário da nacionalização da Banca, com profundas implicações em matéria política, económica e social. Fez toda a história dos reaccionários da Banca, os quais, como traidores, se dedicavam à sabotagem económica. (Convém lembrar aqui que

essa sabotagem é igualmente praticada por outros sectores, não sob o aspecto económico, mas através da introdução de elementos que deixam muito a desejar...) Mencionou Anselmo Dias, a sonegação de lucros através de contas transitórias, as transferências fraudulentas de divisas para o estrangeiro, as manobras com o dinheiro dos emigrantes, a concessão de financiamentos de grandes montantes a grupos económicos associados, etc.

CONGELAMENTO DE PREÇOS

Joaquim Domingos da Cruz, do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, afirmou que «após o 25 de Abril muitos empresários da construção civil que nunca reconheceram as mínimas condições aos trabalhadores, desrespeitando abusivamente todo o clausulado do contrato colectivo de trabalho em vigor (...) começaram de uma forma desumana e reaccionária a despedir os trabalhadores ao seu serviço».

Como pedras, apresentou significativos números de desempregados no sector a que se referia, pedindo para que sejam tomadas medidas urgentes e aconselhando a organização a todos os níveis, dos trabalhadores, formando comissões de trabalho em todas as obras. «É urgente — disse — eleger delegados sindicais da confiança dos trabalhadores para combater o capitalismo no seu próprio terreno».

Pormenorizou o problema da

actualização dos salários mínimos e o baixo nível de vida dos trabalhadores, bem como o aumento do custo de vida.

Disse a esse propósito Domingos da Cruz:

«Os salários mínimos devem ser reajustados e congelados imediatamente todos os preços».

CONTRATOS NÃO CUMPRIDOS

Do Sindicato dos Metalúrgicos usou da palavra Jerónimo Carvalho de Sousa, que começou por referir a situação política actual. «Justiça, sim, mas sem ódios» — disse. Alertou os trabalhadores para certas leis que não estão a ser cumpridas.

«Um exemplo? — perguntou à multidão — O caso do contrato de trabalho dos Metalúrgicos, que não está a ser cumprido do norte ao sul do País.

Apelou para um salário mínimo justo — e, referindo-se a certos «parasitas» sublinhou que a Revolução autêntica é feita «nas escolas, nas fábricas e nas empresas, trabalhando e estudando para se distribuírem com igualdade as riquezas produzidas».

António Gouveia, do Sindicato dos Ferroviários, afirmou, por sua vez:

«É na prática diária, no trabalho disciplinado, na vigilância constante e na solidariedade activa que se faz a Revolução».

OUTRAS NACIONALIZAÇÕES URGENTES

José Judas, do Secretariado da Inter, último orador, fez a história da luta dos trabalhadores no Governo fascista, «a qual forjou a experiência suficiente para que, depois do 25 de Abril, os sindicatos, através da Intersindical, tivessem consciência da sua força e missão».

E afirmou ainda:

«Não poderia implantar-se um Estado amplamente democrático, política, económica e socialmente, sem que as alianças fundamentais do poder económico passassem para o poder político e sem que o poder político correspondesse às forças determinantes do processo revolucionário». (Aplausos).

Fez o elogio das medidas do Conselho Superior da Revolução — e sublinhou que «é necessário de imediato expropriar os grandes latifúndios de que os parasitas se serviam unicamente para manter o seu insueto nível de vida».

Apelou igualmente para a nacionalização da grande metalurgia, dos cimentos, da siderurgia, da indústria extractiva, da construção naval, da celulose, das maiores empresas de construção civil, da pesca não artesanal, dos laboratórios farmacêuticos, das petroquímicas, etc. «Também o comércio externo terá de ser nacionalizado».

A segunda parte do comício foi preenchida com a interpretação de cantos de luta e a exibição dos Coros e Danças dos Sindicatos Soviéticos.

20 MAR. 1975

A UNIÃO DOS SINDICATOS E O EX-«DIÁRIO DO NORTE»

A U.S.P. emitiu o seguinte comunicado: «A União dos Sindicatos do Porto / Intersindical foi informada, através de uma delegação de trabalhadores que participaram na ocupação simbólica das instalações do «Diário do Norte» na passada terça-feira, dos seus objectivos e como essa ocupação ocorrera.

Desse conhecimento resultou o apoio da USP/Intersindical e o envio de um seu representante a essa empresa, decorrendo a seguir diálogo com outros trabalhadores (gráficos, têxteis, metalúrgicos e escriturários) e posteriormente com um oficial do Quartel-General.

Houve oportunidade para destacar o insólito de uma situação (que se arrasta há dois anos) em que um jornal, com oficinas bem apetrechadas, com viaturas, com papel e tintas — tudo num valor de centenas de milhar de contos — se encontra paralisado quando, em especial num pós-11 de Março, se impõe, calma mas resoluta-

mente, criar postos de trabalho, fomentar riquezas, travar a reacção, colocar nas mãos dos trabalhadores órgãos de imprensa totalmente libertos dos jogos capitalistas e verdadeiros intérpretes dos interesses do Povo.

20 MAR. 1975

União dos Sindicatos apoia ocupação do «Diário do Norte»

A União dos Sindicatos do Porto toma posição sobre a ocupação das instalações do «Diário do Norte», afirmando que a ocupação dos edifícios do Porto/Intersindical foi informada, através de uma delegação de trabalhadores que participaram na ocupação simbólica das instalações do «Diário do Norte» na passada terça-feira, dos seus objectivos e como essa ocupação ocorrerá.

Desse conhecimento resultou o apoio da USP/Intersindical e o envio de um seu representante a essa empresa, decorrendo a seguir diálogo com outros trabalhadores (gráficos, têxteis, metalúrgicos e escritórios) e posteriormente com um oficial do Quartel General.

Houve oportunidade para destacar o insólito de uma situação (que se arrasta há dois anos) em que um jornal com oficinas bem apetrechadas, com viaturas, com papel e tintas — tudo no valor de centenas de milhar de contos — se en-

contra parado quando, em especial num pós-11 de Março, se impõe, calma mas resolutamente criar postos de trabalho e reacção, colocar nas mãos dos trabalhadores órgãos de imprensa totalmente libertos dos jogos capitalistas e verdadeiros intérpretes dos interesses do Povo.

Objectivo justo o desses trabalhadores que os respectivos Sindicatos e a União dos Sindicatos do Porto/Intersindical, como organização sindical unitária, continuarão a apoiar e a conjurar esforços para levar à prática.»

20 MAR. 1975

ÚLTIMAS NOTÍCIAS**União dos sindicatos e Intersindical****Problemas do desemprego e actualização de salários em foco no comício do Porto**

PORTO — Promovido pela União dos Sindicatos do Porto e Intersindical, realizou-se, ontem à noite, no Pavilhão do Académico, um comício que atraiu milhares de pessoas. A mesa era formada por dirigentes sindicais, com Cerveira Pinto, do Secretariado da Intersindical, a dirigir os trabalhos.

Inicialmente, Cerveira Pinto leu uma proposta aprovada por aclamação, no Plenário da Intersindical Nacional, realizado em Coimbra, e ao qual já foi dado o devido relevo.

A primeira intervenção foi de Júlio Ribeiro, do Sindicato dos Bancários que começou por se referir às lutas contra as opressões feitas aos trabalhadores.

Referiu-se, depois, à nacionalização da Banca e suas consequências, terminando por afirmar: «A reacção atacou e voltará a atacar. Após uma facada, a fera é mais violenta. Teremos de liquidar a fera enraive-

cida antes que ela nos vá ferir de morte, como aconteceu no Chile. Vigilância popular é a palavra de ordem que se impõe a todas as manobras que o capitalismo vai procurar empreender. O pequeno capitalista mantém o espírito do lucro. Quer ser grande capitalista amanhã.»

Falou, a seguir, Manuel Nobre, do Sindicato dos Metalúrgicos, dizendo que a combatividade dos trabalhadores portugueses e a vontade de lutar pela conquista da verdadeira democracia foi posta, mais uma vez, à prova com a criminoso, reacçãoária e fascista intenciona contra-revolucionária do dia 11 de Março.

Mais adiante, frisou que o salário mínimo instituído, vai para um ano, precisa de ser, imediatamente, revisto, com a criação de um salário condigno que satisfaça os trabalhadores nas suas mais prementes necessidades. A finalizar, o representante dos metalúrgicos acrescentou: «Mas tudo isso, camaradas, só se consegue se reafirmarmos cada dia e cada vez mais a nossa aliança com o FMA, pois que, só com essa forte aliança, será possível continuar o processo revolucionário iniciado há quase um ano e que nos conduzirá ao socialismo. Exijamos o saneamento imediato do aparelho de Estado, a todos os níveis. Abaixo os monopólios e os latifúndios! Abaixo o fascismo e o capitalismo!»

Falou, ainda, Sequeira Nunes, do Sindicato dos Seguros, que se ocupou da institucionalização do MFA, afirmando que ela representa, para os trabalhadores e para as forças progressistas, a garantia de que a luta contra a reacção será cada vez mais decidida. Ocupou-se, igualmente da nacionalização da banca e dos seguros, concluindo por definir o que cabe às comissões sindicais.

Guerra Leal, do Sindicato Têxtil, do Porto, foi o orador que se fez, depois, ouvir, ao proclamar que, hoje, como no 25 de Abril, como no 28 de Setembro ou no 11 de Março, temos que continuar a reforçar a unidade, única arma que poderá garantir a vitória final! Acrescentou que a reacção, também sabe que os trabalhadores unidos não serão vencidos, e luta, luta desesperadamente, escondendo-se por detrás de todas as máscaras.

Terminou por exaltar a vigilância revolucionária.

Por fim, falou o representante da USP-Intersindical, Mário Alves, que depois de definir a posição daquela organização, confirmou que a reacção, ainda, está longe de ter sido completamente destruída e acentuou que «o Programa da política económica e social é um reflexo dessa realidade que, dia a dia, se agudizava e que algumas forças políticas no Governo Provisório, ao não conseguirem denunciar e ultrapassar as manobras da reacção e do grande capital, igualmente reflectiam.»

Acrescentou que a organização sindical, nas empresas, tem particulares e importantes responsabilidades no momento que atravessamos e foi neste sentido que, no último plenário da Intersindical, se aprovou uma proposta de acção tendente a dinamizar a reestruturação sindical a partir da base, ou seja dos delegados sindicais, das comissões de delegados sindicais e das comissões de trabalhadores.

Rematou nestes termos: «Essa dinamização e reestruturação irá permitir responder da melhor forma aos problemas dos trabalhadores e, ainda, permitir uma acção mais consequente no avanço do processo revolucionário. As forças reacçãoárias e os seus laçaios vão procurar, por todos os meios ao seu alcance, tentar boicotar este trabalho.»

«Impõe-se uma grande vigilância de todos os trabalhadores sobre todas as manobras, denunciando-as e combatendo-as com firmeza e decisão. Impõe-se uma grande unidade de todos os trabalhadores nos locais de trabalho e nos sindicatos, combatendo todas as tentativas de divisão que irão surgir. Impõe-se a unidade das forças verdadeiramente progressistas. Impõe-se a continuação da sólida aliança Povo/MFA como mola de avanço do processo revolucionário para a construção de uma sociedade onde não haja fome, miséria e exploração.»

No decorrer do comício, foram, ainda, aprovadas várias mocções e proferidas algumas palavras de ordem contra o desemprego, pela actualização dos salários, pela nacionalização dos sectores básicos da economia, pelo saneamento de todo o aparelho de Estado e pela paz.

22 MAR. 1975

700 CONTOS SOVIÉTICOS PARA A INTERSINDICAL

Segundo informa um comunicado do secretariado da Intersindical, o Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos colocou ao dispor daquela organização a quantia de 700 mil escudos, «como apoio dos trabalhadores soviéticos para os trabalhadores portugueses».

A INTERSINDICAL CONDENA INCIDENTES NOS METALÚRGICOS

«Quando um grupo de trabalhadores metalúrgicos assalta o seu Sindicato e convoca uma manifestação para demitir a direcção eleita pelos próprios trabalhadores, ao mesmo tempo que não aceita as decisões de anteriores assembleias gerais do Sindicato, não hesitamos em afirmar estarem os trabalhadores metalúrgicos perante um grupo aventureirista empenhado em destruir o seu Sindicato» — considera o Secretariado da Intersindical num comunicado que fez circular a propósito dos incidentes ultimamente ocorridos no Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, incidentes que, como noticiámos, conduziram à demissão da direcção e à eleição de uma comissão administrativa provisória, integrando os elementos directivos que não tinham tomado a iniciativa de se demitir perante os actos de constestação de um grupo de sócios.

Afirmando condenar «todos os aventureirismos com que grupos minoritários, apoiados ou não por organizações políticas, pretendem ultrapassar a própria estrutura sindical e assim sabotar a democraticidade interna dos sindicatos», a Intersindical conclui dos factos ocorridos que «os trabalhadores não se podem deixar levar por acções cuja escalada será um dos objectivos de que lançarão mão as for-

ças reaccionárias empenhadas na sabotagem do movimento sindical unitário e, de uma forma mais geral, do próprio processo revolucionário em curso.»

"PALAVRA DE ORDEM DA REACÇÃO: SABOTAR OS CONTRATOS COLECTIVOS"

«Sempre a contratação colectiva significou para os trabalhadores uma forma de luta contra a exploração capitalista nos seus mais variados aspectos» — assim principia um comunicado da Intersindical intitulado «Contra a sabotagem do patronato aos contratos colectivos».

«A conquista de melhores salários, de condições de trabalho condignas, férias, protecção à actividade sindical, medidas contra os despedimentos, etc., foram medidas que só através de duras lutas em torno de Contratos Colectivos de Trabalho os trabalhadores conseguiram alcançar».

Lembra o comunicado que também no tempo do fascismo «esta era uma das formas de luta fundamentais no sentido de permitir uma tomada de

consciência das reais causas do fascismo em cada vez maior número de trabalhadores. Assim, muitos trabalhadores foram ganhos para a vida sindical, e, de um modo mais geral, para a luta antifascista. Através da contratação colectiva e da consequente movimentação de trabalhadores que ela sempre originava, muitos passos se deram para o derrubamento da ditadura fascista».

Após o 25 de Abril, «são inegáveis as contribuições da nova política sindical no que se refere a Contratos Colectivos de Trabalho, se tivermos em conta as amplas camadas de trabalhadores que pela primeira vez conquistaram normas que regularizam o seu esforço produtivo».

Contudo, «o patronato tem desenvolvido todos os esforços

no sentido de sabotar os processos de contratação colectiva, criando graves dificuldades não só durante as negociações, mas também na sua aplicação, recusando-se, na maioria dos casos, a respeitar os acordos celebrados».

Sublinha o comunicado que «para os trabalhadores tornou-se bem nítido ter sido este um dos muitos processos utilizados pelo patronato reaccionário na tentativa de sabotar o processo revolucionário».

Com o 11 de Março, «a reacção embora tenha sofrido uma grande derrota, continua a lançar mão de todos os expedientes na ânsia da contra-revolução. Assim, logo em 12 de Março os representantes do patronato da Indústria de Cerâmica (Barro Branco), negam-se pura e simplesmente a dialogar o novo Contrato Colectivo do sector.

«Estas negociações arrastavam-se já desde Agosto de 1974. Quando depois de largo período de adiamento, faltas não justificadas, dos patrões, perante a surpresa e o protesto dos Sindicatos e do próprio representante do Ministério do Trabalho, recusam-se a dialogar.

«Também, no sector das la-

vandarias e tinturarias, logo no primeiro dia de negociações os laçaios reaccionários do Grémio Nacional das Indústrias de Lavandaria e Tinturaria, recusam-se a negociar um Contrato, só pelo facto de este ser vertical. Isto é, os sindicatos de forma correcta, pretendem num mesmo contrato colectivo abranger todos os trabalhadores deste sector e o patronato recusa com a clara intenção de gerar um ambiente de insatisfação e revolta entre os trabalhadores, procurando atirá-los contra os seus sindicatos, o Ministério do Trabalho, o M.F.A. e contra o próprio processo democrático.»

O comunicado da Inter termina lembrando que «tem sido através da acção desenvolvida pelos trabalhadores e da sua vigilância que muitas tentativas de sabotagem económica e política foram denunciadas. A reacção procurará por todas as formas sabotar a produção, procurará sabotar as medidas revolucionárias da nacionalização da Banca e dos Seguros, procurará sabotar os processos de contratação colectiva, procurará sabotar a unidade do Movimento Sindical, procurará sabotar a aliança Povo/M.F.A. Portanto — *vigilância revolucionária*».

Solidariedade internacional contra a reacção portuguesa

As organizações sindicais estrangeiras continuam a enviar saudações de apoio à luta dos trabalhadores portugueses, dos sindicatos e da Intersindical, contra a reacção e contra os saudosistas do fascismo.

A Confederação Mundial do Trabalho enviou uma mensagem condenando «as acções dos nostálgicos do passado em Portugal. A C. M. T. como no dia em que a ditadura foi derrubada, afirma a sua esperança de ver Portugal progredir para

a democracia, a justiça social e o respeito dos direitos da classe trabalhadora e campestre».

Na Intersindical foram recebidas idênticas mensagens da Confederação Sindical Congolense, da Confederação Geral dos Trabalhadores Peru, do Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos, da União Internacional dos Sindicatos dos Serviços Públicos e da Federação dos Sindicatos do Vietname do Sul (F. N. L.)

28 MAR. 1975

«O patronato tem desenvolvido todos os esforços no sentido de sabotar os processos de contratação colectiva»

- refere o secretariado da Intersindical

A propósito da sabotagem praticada pelas entidades patronais, face aos contratos colectivos de trabalho, o Secretariado da Intersindical distribuiu um comunicado, no qual começa por referir: «Sempre a contratação colectiva significou para os trabalhadores uma forma de luta contra a exploração capitalista nos seus mais variados aspectos. A conquista de melhores salários, de condições de trabalho condignas, férias, protecção à actividade sindical, medidas contra os despedimentos, etc., foram medidas que só através de duras lutas, em torno de contratos colectivos de trabalho, os trabalhadores conseguiram alcançar».

Depois de recordar que, durante o fascismo, a contratação colectiva permitiu a tomada de consciência de um cada vez maior número de trabalhadores, o comunicado sublinha que «após o 25 de Abril, são inegáveis as contribuições da nova política sindical no que se refere a contratos colectivos de trabalho, se tivermos em conta as amplas camadas de trabalhadores que, pela primeira vez, conquistaram normas que regularizam o seu esforço produtivo.

«Contudo, ficou bem vincado no último plenário nacional da Intersindical, que o patronato tem desenvolvido todos os esforços no sentido de sabotar os processos de contratação colectiva, criando graves dificulda-

des, não só durante as negociações, mas, também, na sua aplicação, recusando-se, na maioria dos casos, a respeitar os acordos celebrados.

«Para os trabalhadores tornou-se bem nítido ter sido este um dos muitos processos utilizados pelo patronato reaccionário na tentativa de se sabotar o processo revolucionário.

«Com o 11 de Março, a reacção, embora tenha sofrido uma grande derrota, continua a lançar mão de todos os expedientes na ansiada contra-revolução. Assim, logo em 12 de Março os representantes do patronato da indústria de cerâmica (barro branco) negam-se pura e simplesmente a dialogar o novo contrato colectivo do sector.

«Estas negociações arrastavam-se já desde Agosto de 1974, quando, depois de largo período de adiamento, faltas não justificadas dos patrões, perante a surpresa e o protesto dos sindicatos e do próprio representante do Ministério do Trabalho, recusam-se a dialogar».

● «A REACÇÃO PROCURARÁ SABOTAR A PRODUÇÃO»

E prossegue:

«Também no sector das lavandarias e tinturarias, logo no primeiro dia de negociações o Grémio Nacional das Indústrias de Lavandaria e Tinturaria re-

cusar-se a negociar um contrato, só pelo facto de este ser vertical. Isto é, os sindicatos de forma correcta, pretendem, num mesmo contrato colectivo, abranger todos os trabalhadores deste sector e o patronato recusa com a clara intenção de gerar um ambiente de insatisfação e revolta entre os trabalhadores, procurando atrá-los contra os seus sindicatos, o Ministério do Trabalho, o M.F.A. e contra o próprio processo democrático».

A terminar, salienta a Intersindical: «Tem sido através da acção desenvolvida pelos trabalhadores e da sua vigilância que muitas tentativas de sabotagem económica e política foram denunciadas. A reacção procurará por todas as formas sabotar a produção, procura sabotar as medidas revolucionárias da nacionalização da Banca e dos Seguros, procurará sabotar os processos de contratação colectiva, procurará sabotar a unidade do movimento sindical, procurará sabotar a aliança Povo-M.F.A.

«O Secretariado da Intersindical Nacional, perante a gravidade de mais estas tentativas contra-revolucionárias, alerta todos os trabalhadores para que reforcem a sua unidade e vigilância em todos os locais de trabalho e em torno dos sindicatos, que reforcem a aliança Povo-M.F.A., será a melhor forma de, organizadamente, combatemos todos os inimigos do processo revolucionário».

REPÚBLICA
31/3/75

DESRESPEITO DO PATRONATO POR ACORDOS CELEBRADOS

— acusa a intersindical

«O patronato tem desenvolvido todos os esforços no sentido de sabotar os processos de contratação colectiva, criando graves dificuldades, não só durante as negociações, mas também na sua aplicação, recusando-se, na maioria dos casos, a respeitar os acordos celebrados», salienta-se num comunicado da Intersindical, onde se afirma que após 25 de

Abril «são inegáveis as contribuições da nova política sindical no que se refere a contratos colectivos de trabalho».

«Com o 11 de Março — prossegue a Intersindical — a reacção, embora tenha sofrido uma grande derrota, continua a lançar mão de todos os expedientes na ânsia da contra-revolução. Assim, logo em 12 de Março, os representantes do patronato da Indústria de Cerâmica (Barro Branco) negam-se, pura e simplesmente, a dialogar o novo contrato colectivo do sector.

Estas negociações arrastavam-se já desde Agosto de 1974. Quando, depois de longo período de adiamento, faltas não justificadas dos patrões, perante a surpresa e o protesto dos sindicatos e do próprio representante do Ministério do Trabalho, recusam-se a dialogar.»

Outro caso:

«Também, no sector das lavandarias e tinturarias, logo no primeiro dia de negociações, os locais reaccionários do Grémio Nacional das Indústrias de Lavandaria e Tinturaria recusam-se a negociar um contrato, só pelo facto de este ser vertical. Isto é, os sindicatos de forma corrente, pretendem num mesmo contrato colectivo abranger todos os trabalhadores deste sector, e o patronato recusa com a clara intenção de gerar um ambiente de insatisfação e re-

volta entre os trabalhadores, procurando atirá-los contra os seus sindicatos, o Ministério do Trabalho, o M.F.A. e contra o próprio processo democrático.»

Perante a gravidade destas tentativas, o Secretariado da Intersindical alerta os trabalhadores para que «reforcem a sua vigilância em todos os locais de trabalho e em torno dos sindicatos, que reforcem a aliança Povo-M.F.A., pois será a melhor forma de, organizadamente, cobatermos todos os inimigos do processo revolucionário».

A INTERSINDICAL DEFENDE A COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

A Intersindical esteve representada por Álvaro Rana, José Gomes e Vasco Cal na 32.ª Conferência Internacional dos Trabalhadores do Petróleo, realizada em Argel.

Nesta conferência, a Intersindical apresentou uma comunicação onde se acentua, designadamente:

«O processo revolucionário português, após o 11 de Março, entrou numa nova fase.

O Movimento das Forças Armadas, em estreita aliança com o Povo Português, ao superar as dificuldades que a reacção nacional e internacional levanta, está na firme decisão de prosseguir uma inequívoca política de desenvolvimento económico e de progresso social aprofundando assim as medidas de carácter antimonopolista e antilatifundista.

A actual situação económica do nosso país é caracterizada pelas dificuldades herdadas do fascismo e pelas que a reacção nacional vem criando através da sabotagem do aparelho produti-

vo e das manobras dos países imperialistas que detêm ainda uma parte importante do nosso comércio externo.

Para a resolução desta grave situação é muito importante que à solidez da aliança do Povo Português com o Movimento das Forças Armadas corresponda, a nível internacional, uma cada vez maior solidariedade e o desenvolvimento da cooperação com os países de que o fascismo nos isolou.

Assim, apoiamos a luta conduzida pelos povos dos países produtores-exportadores de petróleo pela nacionalização dos seus recursos, de que o Iraque e a Argélia foram os pioneiros, o que permitirá a sua utilização no desenvolvimento económico e na consolidação da independência nacional.»

É, mais adiante:

«É fundamental que se avance imediatamente no reforço dos laços de cooperação entre todos os países em vias de desenvolvimento.

Nesta política de franca e leal cooperação estão profundamente interessados os trabalhadores portugueses.

Temos conhecimento dum importante discurso do Presidente Boumediene sobre as bases das trocas comerciais da Argélia. Consideramos correcta esta posição e gostaríamos de deixar os nossos sinceros votos para que o Governo Português e o Governo Argelino estabeleçam rapidamente relações comerciais tendo em conta os interesses dos povos dos nossos dois países.

Gostaríamos, também, que fossem estabelecidas com todos os outros países em vias de desenvolvimento relações estreitas, criando as bases duma cooperação concreta sobre a qual se reforçará a solidariedade internacional.»

Para dar conta dos resultados desta Conferência e da participação portuguesa, a Intersindical promove, amanhã, às 10 horas, uma conferência de Imprensa na sua sede.

9 ABR. 1975

Os casos de despedimento controlados por comissões de trabalhadores ou delegados sindicais

— *prevê-se num projecto de decreto*

Um projecto de decreto-lei a apreciar em breve no Conselho de Ministros prevê a atribuição a comissões de trabalhadores do «contrôle» dos despedimentos sem justa causa, intervindo directamente na investigação da existência de casos dessa natureza. O diploma em perspectiva, sucessor da «lei geral do trabalho» (Decreto n.º 49 408, promulgado em 1969), substituiria o regime de contrato individual, estabelecendo as

condições mínimas a observar nas actividades por conta de outrem. Os processos de despedimento seriam controlados por comissões de trabalhadores em empresas com mais de meia centena de empregados e pelos delegados sindicais nas de menores quadros de pessoal.

Entretanto, há informações de que se ultima um outro diploma para regular as bases do contrato de trabalho rural.

9 ABR. 1975

INTERSINDICAL PERANTE PREVIDÊNCIA AVEIRENSE

EM documento hoje distribuído, a Intersindical chama a atenção dos trabalhadores da Previdência de Aveiro para o que considera um «ponto importante», acentuou: «Não conseguirão «humanar-se de facto» com todos os trabalhadores progressistas como afirmam pretender, mantendo-se isolados dos outros trabalhadores, contestando a organização sindical destes, recusando participar e intervir na vida do vosso próprio sindicato, dando ouvidos a elementos que, sob a bandeira da «procura de um esclarecimento», lançam criminosos ataques à Intersindical, deturpando e caluniando, sem vergonha alguma, decisões de trabalhadores e actuações de dirigentes sindicais.»

E no documento acrescenta-se: «Só há uma forma de estarem solidários com todos os trabalhadores do País: é participarem ao lado deles nas suas lutas, visando interesses comuns e respeitarem a organização sindical unitária de todos os trabalhadores deste País.»

A Intersindical alerta o sector da Previdência

A propósito dos acontecimentos registados na Caixa de Previdência de Aveiro e dos legítimos interesses dos trabalhadores portugueses na Previdência, a Intersindical enviou aos órgãos da Informação um comu-

nicação onde, nomeadamente, se declara que devem ser repudiadas «todas as tentativas de confusão, todos os aproveitamentos oportunistas para conduzir lutas partidárias servindo-se da questão da forma de organização sindical dos trabalhadores, e bem assim todas as acções tendentes a criarem um clima de agitação reaccionária entre os trabalhadores da Previdência. Todos os trabalhadores conscientes deste sector devem estar atentos as diversas manobras de sabotadores e de elementos pseudoprogressistas que levarão fundamentalmente a: Interferência na organização dos trabalhadores, procurando lançar descrédito sobre os trabalhadores de vanguarda, delegados sindicais e sobre toda a organização sindical dos trabalhadores portugueses; tentativas de desautorização das comissões administrativas interferindo nas suas actividades, procurando sobrepor-se-lhes, e ainda negando a forma da sua constituição, ou atacando algum ou todos os seus elementos, acções que serão aproveitadas por forças das direitas; tentativas de desorganização dos serviços com a consequente alteração da prestação dos benefícios, deterioração das condições de assistência.»

Em seguida, faz-se notar que «as relações de trabalho existentes nas instituições de Previdência não são as relações de organização de empresas capitalistas, onde o esforço produtivo dos trabalhadores é apropriado por um grupo minoritário de parasitas. O esforço dos trabalhadores da Previdência é dirigido à colectividade, aproveitado pelo povo. Os trabalha-

dores deste sector devem ter necessariamente em conta sempre a consideração desta questão. A existência de um estatuto ultrapassado, elaborado pelo fascismo e que importa revogar, não justifica que as comissões administrativas sejam encaradas como patrões. Se mais argumentos não chegassem bastaria a presença dos trabalhadores na gestão da Previdência para que assim não acontecesse. Entretanto, o Secretariado Nacional da Intersindical não pode deixar de chamar a atenção dos trabalhadores conscientes da Previdência para o escasso ou nulo saneamento até agora efectuado, para a ineficácia das normas que a regem, para a urgência de rapidamente actuarem, com energia e decisão neste campo.

Já em Maio de 1974, a Intersindical alertava para a importância desta questão; já em Agosto, repudiava que problemas de improdutividade na Previdência fossem devidos aos trabalhadores deste sector como se depreendia de afirmações da equipa ministerial da altura, apontando para a forma de organização, para a existência de elementos incompetentes nas chefias e a necessidade de reclassificação. A Previdência pertence aos trabalhadores, que a pagam, e a decisão do que devem ser os seus destinos a eles pertence, por intermédio da organização sindical que os representa; a Intersindical. Assim, deve denunciar-se e combater qualquer tentativa para proceder contrariamente, venha de onde vier, tenha o cariz que tiver. Para que os trabalhadores tenham, efectivamente, a Previdência que ambicionavam e a que têm direito.»

REPÚBLICA - 14/4/1975

INTERSINDICAL EM BERLIM-LESTE — A exploração da mulher trabalhadora portuguesa durante o regime fascista foi denunciada pela delegação da Intersindical que se deslocou ao simpósio internacional sobre os problemas da mulher trabalhadora na indústria de tabacos, alimentação e hotelaria, que ontem e anteontem decorreu em Berlim Oriental.

15/4/1935

CONTRIBUTO DE SINDICATOS FILANDESES PARA A INTERSINDICAL

A solidariedade internacional para com os trabalhadores portugueses foi uma vez mais manifestada. O representante da União Sindical dos Trabalhadores da Construção Civil da Finlândia, entregou na Intersindical a importância de 34 000\$00, como símbolo de uma primeira ajuda fraterna dos sindicatos finlandeses aos trabalhadores portugueses.

SÉCULO - 15/4/1975

Sindicatos finlandeses ajudam a Intersindical

Enquanto as forças reaccionárias nacionais e internacionais multiplicam os seus esforços no sentido de prejudicarem o curso do processo revolucionário em Portugal, o movimento sindical e os trabalhadores de outros países desenvolvem esforços para ajudar a Intersindical e os trabalhadores portugueses.

Teuvo Hömppi, representante da União Sindical dos Trabalhadores da Construção Civil da Finlândia, esteve na sede da Intersindical onde entregou a soma de 34 000\$00, como símbolo de uma primeira ajuda fraterna dos sindicatos finlandeses à Intersindical.

Este gesto dos camaradas finlandeses reforça a ideia, já existente no seio dos trabalhadores do nosso País, de que o povo português não está só na sua luta.



JORGE DE MELO E A INTERSINDICAL VÃO SER RECEBIDOS EM BELÉM

D. Populien
15/4/1975

O Presidente da República recebe amanhã, de manhã, as credenciais dos embaixadores da Colômbia e da Guiné-Bissau, em cerimônias que decorrem em Belém.

À tarde, o Presidente Costa Gomes recebe sucessivamente um grupo de dirigentes de 100 empresas de diversos ramos, que vão expor a sua situação perante a nacionalização da Banca; o dr. Jorge de Melo, presidente do conselho de administração da C. U. F., e representantes da Intersindical.

Antes destas audiências, Costa Gomes concede uma entrevista ao enviado especial da revista «Time».



16 ABR. 1975

A Intersindical prepara as comemorações do 1.º de Maio

A Comissão Nacional encarregada da programação do de Maio — Dia do Trabalhador — procura organizar um conjunto de manifestações populares em todo o país» que «arquem, como refere um comunicado da Intersindical, com o devido relevo o sentido altamente patriótico e unitário a luta dos trabalhadores do Povo Português na cons-

trução da sociedade sem exploradores nem explorados.»

Em Lisboa, além de uma grandiosa manifestação popular e de um Conício que decorrerá no Estádio 1.º de Maio, haverá outras iniciativas. Pretende assim a Comissão corresponder às exigências postas pelo significado da data, que se comemora.

17 ABR. 1975

A posição da Intersindical e os trabalhadores da indústria automóvel

«O Secretariado da Intersindical considera altamente positivas todas as medidas de fundo, estruturais, inseridas na estratégia antimonopolista e antilatifundista, que contribuíam decisivamente para o aprofundamento do processo revolucionário em curso e para a construção de uma nova economia ao serviço das camadas mais desfavorecidas da população.»

Estas considerações contêm-se num comunicado da Intersindical em que se aplaudem as decisões que visem à «eliminação de todos os créditos parasitários que não servem os reais interesses dos trabalhadores».

Depois de considerar que é neste contexto que se deverão inserir as recentes normas distribuidoras dos créditos a conceder na compra de viaturas automóveis, para uso particular, diz o comunicado:

«Se considerarmos, por um lado, a estrutura da indústria automóvel, e por outro, que o salário de 3 300\$00 veio beneficiar mais de 50 por cento dos trabalhadores, e que largas camadas não foram beneficiadas, temos de constatar não estar esta indústria virada para as necessidades reais do processo revolucionário em curso.»

Por fim, e depois de referir que a «reação procurará fazer chantagem com o Governo, brandindo o espectro dos despedimentos», aponta a reunião

das comissões sindicais dos trabalhadores de várias empresas, realizada no dia 12, em Leiria, reunião em que colaboraram o Secretariado da Intersindical, da União dos Sindicatos de Setúbal e da União dos Sindicatos do Porto.

O comunicado da Intersindical sugere ainda, que em todas as empresas de montagem de automóveis deverão ser eleitas comissões sindicais viradas para o estudo das condições da empresa, situação da indústria e formas da sua reconversão, tendo em conta os novos grupos da economia nacional.

18 ABR. 1975

COMÍCIO NO PAVILHÃO DO ACADÉMICO

A UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO
E QUATRO PARTIDOS
APOIARAM AS NACIONALIZAÇÕES

Aspecto do comício realizado ontem no Pavilhão do Académico vendo-se, no uso da palavra, o representante de um partido político

A União dos Sindicatos do Porto/Intersindical e quatro organizações políticas — Frente Socialista Popular, Movimento Democrático Português, Movimento de Esquerda Socialista e Partido Comunista Português — organizaram ontem um comício de apoio às recentes medidas de nacionalização decretadas pelo Conselho da Revolução, dado que, conforme se salienta num comunicado distribuído na véspera, «o apoio dos trabalhadores a estas medidas de nacionalização constitui uma garantia para o avanço do processo revolucionário e para a instauração de uma democracia dos trabalhadores a caminho do socialismo».

O comício teve lugar no Pavilhão do Académico, iniciando-se depois das 22 horas, com uma intervenção de Manuel Barra, elemento da U.S.P., que afirmou a dado momento:

«As nossas hesitações, as nossas dificuldades e, também, como não confessá-lo, os nossos erros — estão a servir para alguns grupos políticos lançarem o desânimo, a perplexidade, a confusão e mesmo o insulto contra as nossas organizações de trabalhadores. «E a velha tentativa de divisão».

«Ontem, servindo-se da nossa luta pela Unicidade. Hoje, baralhando as cartas das nacionalizações.

«Quem pode acreditar, hoje, depois do 11 de Março, que os trabalhadores irão permitir uma nacionalização que não sirva os interesses desses trabalhadores, que não sirva os interesses do Povo? Quem de bom senso pensa que o M.F.A. possa trair a aliança que selou com o nosso Povo?»

Acerca do papel fundamental da crítica e discussão numa sociedade democrática, o mesmo orador declarou:

«Somos defensores acérrimos da crítica e da discussão. Essas são as ferramentas indispensáveis para quantos estejam empenhados na construção do Portugal democrático, para quantos apostaram tudo na construção do socialismo na nossa pátria.

Mas não podemos consentir, não devemos permitir, que elas se façam nas nossas costas, que elas sejam feitas por quantos sempre estiverem de costas voltadas para nós.»

E, mais adiante, sobre a importância da luta nos locais de trabalho:

«Mas sabemos que é com sacrifício, que é com dedicação, que é recorrendo ao estudo, à imaginação e ao espírito criador que construiremos o socialismo.

«Sabemos que não é com berros mas sim nas fábricas, nas oficinas, nos campos e nos escritórios que se fabrica a revolução.»

★ «O DIREITO DE DENÚNCIA»

Outro elemento da U.S.P., António Jorge salientou na intervenção que fez:

«Nacionalizar é, no fundamental, transferir para o Estado o capital social e todo o património de determinada empresa, passando deste modo a sua gestão e os eventuais lucros a caber ao Estado.

«Para nós, trabalhadores, as nacionalizações, já verificadas e outras, que por certo não tardarão terão de se traduzir numa economia ao serviço do Povo, virada definitivamente para a satisfação das necessidades das classes trabalhadoras.»

Mais adiante, interrogou:

«Qual deve ser a posição dos trabalhadores, face às administrações, nomeadas pelo Governo, para as empresas nacionalizadas? Acharmos que deve ser de apoio crítico.

«As administrações são responsáveis, perante o poder político central, mas aos trabalha-

dores tem de ser reconhecido o direito de denúncia e toda e qualquer atitude lesiva dos interesses das massas trabalhadoras.

«Este é, portanto, o contacto que preconizamos a nível de empresa. Contudo, também na planificação económica nacional, os trabalhadores, através das suas estruturas sindicais, têm de intervir.

«No momento presente, é tarefa dos trabalhadores intervir activamente na planificação e construção de uma nova economia, única forma de conseguir uma democracia económica.»

Além destes dois oradores, usaram da palavra Ernesto Soares, da F.S.P. («As nacionalizações só serão efectivas se formos capazes de realizar a nossa revolução cultural, em paralelo com o empenho na luta laboral e a organização das classes trabalhadoras; se nos libertarmos de toda uma alienação capitalista»), Lusitano Carreira, do M.D.P./C.D.E. («Saudamos a possibilidade de que seja devolvido aos trabalhadores e ao Povo português o que se construiu à custa da sua exploração durante

tantos anos»), José Tavares Pinto, do M.E.S. («As nacionalizações só por si não significam que se caminhe para o socialismo. Só o poder político e a direcção total da sociedade asseguram aos trabalhadores a alteração radical do sistema que explora») e José Carlos Almeida, do P.C.P. («Só aqueles que não conseguem entender que o processo revolucionário se constitui de etapas, é que poderão evitar o apoio imediato a actos revolucionários que, como este, traduzem uma política revolucionária»).

Além dos oradores, estiveram presentes na mesa que dirigiu o comício Adriano Russo (F.S.P.), Lima Macedo (M.D.P./C.D.E.), Marcelo Ribeiro (M.E.S.) e Faldista (P.C.P.).

Como é habitual neste tipo de manifestações, ouviram-se várias palavras de ordem, nomeadamente, «Abaixo a burguesia», «A esquerda unida jamais será vencida», «F.S.P. para o lugar do P.P.D.» e «M.E.S. para o lugar do P.S.».

No início foi cantado o Hino Nacional.

Reforço da organização dos trabalhadores nas empresas

«Combater as tendências «autogestionárias» ou «cogestionárias», cujas consequências são a divisão dos trabalhadores e o desvio das organizações sindicais dos seus objectivos fundamentais de luta, na defesa dos interesses dos trabalhadores pela consolidação da democracia económica do País e combater as objecções reaccionárias que, apelidando as nacionalizações

de medidas de «capitalismo de Estado», mais não pretendem que lançar os trabalhadores contra a medida histórica tomada pelo Conselho de Revolução» — foram duas das propostas aprovadas por unanimidade no Plenário Extraordinário da Intersindical, na cantina dos Ferroviários, com a participação de representantes de mais de cem sindicatos.

Propõem também que seja

«estimulada, reforçada e corrigida a organização dos trabalhadores nas empresas, no sentido de consolidar a sua unidade, base indispensável para que os trabalhadores passem a controlar a vida económica das empresas, nomeadamente nos sectores da tesouraria e da contabilidade, dos stocks de matérias-primas e produtos acabados, das importações e exportações, dos preços de custo e de venda dos produtos e da qualidade e quantidade de produção».

Os trabalhadores pedem que «O Conselho da Revolução institucionalize o controlo económico das empresas pelos trabalhadores, através da via sindical, como medida essencial para impedir a sabotagem económica».

TERRAS EXPROPRIADAS: PATRIMÓNIO NACIONAL

Participaram em bloco num Plenário da Intersindical, pela primeira vez, os sindicatos agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Lisboa.

Aprovada por unanimidade e aclamação a seguinte proposta: «os solos a expropriar devem ser considerados património nacional e sem qualquer tipo de indemnização e que as expropriações não devem incidir apenas nos solos mas também sobre os bens existentes nas explorações».

Pretende-se ainda que a agricultura tenha prioridade nos investimentos e que seja criado um sistema de crédito agrícola canalizado para novas explorações.

A ESTRATÉGIA DA INTERSINDICAL NA PRESENTE SITUAÇÃO POLÍTICA definida em plenário extraordinário

Os resultados do plenário da Intersindical, reunido extraordinariamente em Lisboa, no último fim-de-semana, foram ontem dados a conhecer no decorrer de uma conferência de Imprensa.

Nacionalizações, política salarial, organização sindical, reforma agrária e eleições foram os principais temas analisados no plenário nacional.

Vincando, desde logo, uma

posição de apoio às recentes nacionalizações, os Sindicatos presentes no plenário avançaram iniciativas a promover nas empresas, fora das horas de trabalho, no sentido de «esclarecer os trabalhadores sobre o alcance económico, social e político» das medidas empreendidas pelo Conselho da Revolução. Acentuou-se, por outro lado, a necessidade de «estimular, reforçar e corrigir as organizações dos trabalhadores nas empresas no sentido de consolidar a sua unidade, base indispensável para que os trabalhadores passem a controlar a vida económica das empresas».

Por outro lado, considerando o papel culposos da grande burguesia, o plenário concluiu que «não devem ser dadas quaisquer indemnizações, pelas nacionalizações decretadas aos grandes acionistas e latifundiários». A proposta da Intersindical pede, finalmente, ao Conselho da Revolução que «institucionalize o controlo económico das empresas pelos trabalhadores através da via sindical».

Quanto à política salarial, o plenário decidiu recomendar que os sindicatos levem à prática uma política contratual realista, não reivindicando, temporariamente, aumentos salariais superiores a 12 000\$00. Foi particularmente saudado o congelamento de preços de bens essenciais e reclamou-se a «atualização imediata do salário mínimo nacional, como medida de elementar justiça social».

Organização sindical e reforma agrária

No que se refere à organização sindical, foi reafirmada a defesa da verticalização contra os argumentos do «sindicalismo vertical de classe».

Na parte relativa à reforma agrária, os membros da mesa fizeram questão de realçar a profunda conscientização dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas que participaram no plenário, que, neste capítulo, chegou às seguintes conclusões:

«Os solos a expropriar devem ser considerados património nacional; às expropriações não devem corresponder qualquer tipo de indemnizações; as expropriações não devem incidir apenas nos solos mas também sobre os bens existentes nas explorações; a expropriação deve ser feita em função no número de prédios rústicos integrados no conjunto de explorações, considerando a área global, a capacidade de uso dos solos, todo o empresário que tenha dívidas salariais para com os trabalhadores deve ser expropriado; área equivalente no número de hectares máximo de exploração a que o expropriado tenha direito, deve incidir em terrenos que se encontrem em estado de abandono.»

Entre outras, foram ainda reivindicadas as seguintes medidas:

«Que nos solos expropriados/nacionalizados se sejam constituídos núcleos de produção geridos pelos trabalhadores e cooperativas de pe-

quenos e médios agricultores; dinamizar rapidamente a constituição dos núcleos de produção e cooperativas e respectivas comissões de gestão; planificar a actividade produtiva em coordenação com as comissões de gestão dos órgãos governamentais; que sejam tomadas medidas que garantam o salário aos trabalhadores dos núcleos de produção; que a agricultura tenha prioridade nos investimentos e que seja criado um sistema de crédito agrícola especialmente canalizado para as novas explorações e pequenos e médios agricultores, constituindo-se para o efeito, uma instituição de crédito especializada; que seja criado um sistema de seguro agrícola que garanta a cobertura de todos os riscos a que está sujeita a actividade agrícola: «incêndios, acidentes meteorológicos, pragas, etc.; que se tomem medidas para uma reconversão industrial; que a médio prazo se efectue um amplo debate entre os interessados sobre as linhas que definam as formas de entrega da terra a quem trabalha.»

Esta proposta foi apresentada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Lisboa.

Eleições

Finalmente, o plenário da Intersindical decidiu recomendar a todos os trabalhadores que o seu voto deve recair nos partidos que defendam «as organizações da classe trabalhadora: Sindicatos, Uniões e Federações Sindicais e Intersindical; a unidade e unicidade sindical; a nacionalização da banca; a nacionalização dos seguros; a nacionalização das indústrias-base; a reforma agrária — a terra a quem a trabalha; e fim da exploração do homem pelo homem.»

E sobre o voto em branco: «Entende ainda o Plenário da Intersindical Nacional que os trabalhadores não suficientemente esclarecidos têm também o dever de votar. Mas nesta situação devem fazê-lo votando em branco.»

Plenário da Intersindical Nacional

Tomadas importantes decisões quanto ao actual processo revolucionário

«Como facilmente se compreende, as recentes medidas revolucionárias promulgadas em Conselho de Ministros vieram pôr aos trabalhadores e, conseqüentemente, à sua central unitária — a Intersindical Nacional — novas e decisivas tarefas, tais como o controlo da produção e o desenvolvimento económico planificado e orientado para responder às necessidades da economia e aos interesses do Povo Português. O facto das nacionalizações democráticas atingirem o poder dos monopólios e terem sido decretadas pelo poder revolucionário, constituem medidas que, correspondendo aos mais profundos anseios das massas trabalhadoras e a toda a sua crescente mobilização, vêm permitir que se dêem passos decisivos para a consolidação da via que nos levará à sociedade livre de opressão do homem pelo homem. A necessidade de os trabalhadores sentirem que a economia já não lhes é estranha e que a construção socialista da economia é tarefa de todos e para todos, veio aumentar as responsabilidades da Intersindical Nacional; assim a urgência de análise de todos os novos problemas que se nos põem, motivou a realização deste plenário extraordinário da Intersindical Nacional.

Estas afirmações foram ontem feitas por um elemento do secretariado da Intersindical, durante uma conferência de imprensa que tinha por objectivo trazer o público as conclusões do Plenário Nacional da Intersindical reunido extraordinariamente em Lisboa, na Cantina dos Ferroviários da Estação do Rossio, no último fim-de-semana.

O Plenário tivera a seguinte ordem de trabalhos: Nacionalizações (política a seguir), Política Salarial (salário mínimo, reajustamento salarial, custo de vida e desemprego), Reforma Agrária, Organização Sindical, Congresso dos Sindicatos Portugueses. No decorrer dos trabalhos do Plenário foram aprovados documentos e propostas sobre as Nacionalizações, Política Salarial, Reforma Agrária, Organização, Previdência e o Congresso dos Sindicatos Portugueses (a realizar em fins de Junho). Foram ainda aprovadas, no Plenário, saudações à Federação Sindical da RDA (FGDR) e aos Povos do Vietnam, Laos e Camboja e uma proposta sobre o voto do trabalhador nas próximas eleições para a Constituinte (aprovado sem votos contra e apenas uma abstenção).

«Defesa da institucionalização do controlo económico das empresas pelos trabalhadores»

Dentro do ponto da ordem de trabalhos sobre as nacionalizações foi aprovada por unanimidade e aclamação uma importante proposta em que se manifesta o «apoio do plenário da Intersindical às nacionalizações decretadas e às já anunciadas para pôr a economia nacional ao serviço do Povo Português» e se define a nova atitude que os trabalhadores devem assumir em relação à economia nacional.

Neste sentido, propõe-se que os sindicatos, as uniões e a Intersindical «tomem a iniciativa de promover comícios nas empresas, fora das horas de trabalho, com os objectivos de esclarecer os trabalhadores sobre o alcance económico, social e político das nacionalizações; «combater as objecções reaccionárias que, apelidando as nacionalizações de medidas de «capitalismo de Estado», mais não pretendem que lançar os trabalhadores contra aquela medida histórica tomada pelo Conselho da Revolução»; «combater as tendências autogestionárias ou co-gestionárias, cujas consequências são a divisão dos trabalhadores e o desvio das organizações sindicais dos seus objectivos fundamentais de luta»; «estimular, reforçar e corrigir as organizações dos trabalhadores nas empresas no sentido de consolidar a sua unidade» e «consciencializar os trabalhadores para que sintam que a economia já não lhes é estranha, ou seja, que a construção socialista da economia é tarefa deles e para eles e, deste modo, passem a entender que a melhoria das suas condições de vida está directamente dependente do desenvolvimento global da economia, só possível, se os trabalhadores, revolucionariamente, se dedicarem com afinco ao trabalho e ao «controlo» da produção».

Na proposta aprovada faziam-se também referência à necessidade de desenvolver as acções que garantam a rápida verticalização dos sindicatos por ramo de actividade económica, requereria-se ao Conselho da Revolução a institucionalização do «controlo» económico das empresas pelos trabalhadores, através da vida sindical, como medida essencial para impedir a sabotagem económica e para mobilizar, conscientemente, as classes trabalhadoras na batalha económica e na criação das condições para a construção da sociedade sem exploradores nem explorados» e defendia-se que «aos grandes accionistas e latifundiários não devem ser dadas quaisquer indemnizações pelas nacionalizações decretadas ou a decretar pelo Conselho da Revolução ou Governo Provisório».

Num texto também emanado do plenário da Intersindical, sobre nacionalizações afirmava-se sobre o «controlo» de produção — a nível de empresa: «O «controlo» da produção pelos trabalhadores não deve ficar limitado às empresas nacionalizadas, deve alargar-se a todas as empresas com dimensão económica significativa. As empresas nacionalizadas pertencem ao Estado Democrático que corresponde, no essencial, às necessidades actuais do processo revolucionário, e não aos trabalhadores que nelas labutam.» Mais adiante, acrescenta-se naquele texto: «Nesta primeira fase, o conhecimento concreto do equipamento e meios existentes no processo produtivo te-

rá como consequência a reconversão das empresas para permitir o total aproveitamento dos meios existentes e conseqüente diminuição do desemprego oculto e adopção de métodos mais produtivos de funcionamento.

«Os objectivos essenciais do «controlo» podem sintetizar-se no «controlo» de tesouraria, de contabilidade e dos níveis de «stocks» de produtos finais e de matérias-primas; na vigilância e acção contra todas as tentativas de baixar a produção e para que as metas que constam no plano sejam atingidas; na poupança de energia e dos produtos utilizados e na recusa de proceder a importações que a economia nacional está em condições de produzir. A participação activa de todos os traba-

lhadores no «controlo» da produção é na actual fase do processo revolucionário, a condição essencial que determinará o avanço deste.»

O voto do trabalhador

O último plenário da Intersindical aprovou — sem votos contra e apenas com uma abstenção — um documento-proposta em que se recomenda aos trabalhadores a, no acto eleitoral da próxima sexta-feira, votarem nos partidos que defendem as organizações da classe trabalhadora — Sindicatos, Uniões, Federações Sindicais e Intersindical —, «a unidade e unicidade sindical», «a nacionalização da Banca, dos Seguros e das indústrias base», «a reforma agrária — que entregue a terra a quem a trabalha —», e «o fim da exploração do homem pelo homem». O Plenário da Intersindical, defendeu, também, que os trabalhadores que «não se considerassem suficientemente esclarecidos», tendo também «o dever de votar», o deveriam fazer «votando em branco».

Assinalando que, durante a recente campanha eleitoral, «a Intersindical Nacional tem sido objecto dos mais variados ataques provenientes de alguns partidos políticos que, dizendo defenderem os interesses dos trabalhadores, mais não fazem que acatellarem os privilégios das classes que representam, perante a perspectiva da construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem» e sublinhando que «a Intersindical Nacional, organização unitária dos trabalhadores portugueses, tem desempenhado um papel fundamental na mobilização das massas trabalhadoras em defesa e no aprofundamento do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril», e que «o Movimento Sindical Unitário dos trabalhadores, conjuntamente com as forças verdadeiramente progressistas e o Movimento das Forças Armadas, são os pilares sobre os quais assenta o processo revolucionário em curso, e da sua íntima coesão e unidade dependerá o avanço para uma real democracia política, económica e social», o Plenário da Intersindical decidiu alertar «todos os trabalhadores para a grave responsabilidade que estes assumem na escolha dos seus representantes na Assembleia Constituinte», atendendo, ainda, a que, «como organização de massas dos trabalhadores portugueses», a Intersindical Nacional «não podia deixar de tomar posição perante o acto eleitoral do próximo dia 25».

lhadores no «controlo» da produção é na actual fase do processo revolucionário, a condição essencial que determinará o avanço deste.»

«Actualização imediata do salário mínimo nacional»

«A política salarial não pode ser tratada independentemente de todos os problemas que se põem ao processo revolucionário» — afirmava-se na introdução do documento sobre Política Salarial aprovado no último plenário da Intersindical.

Na proposta aprovada sobre a mesma matéria saudavam-se «os órgãos de Poder Revolucionário (Conselho da Revolução e Governo Provisório) pelas medidas já tomadas no sentido de congelamento dos preços dos bens essenciais» e reclamavam-se, dos mesmos órgãos, medidas tendentes a: «Actualização imediata do salário mínimo nacional, como medida de elementar justiça social, tendente a não sacrificar ainda mais os trabalhadores mais desfavorecidos; estudar a possibilidade do alargamento progressivo do salário mínimo a todos os trabalhadores; considerar os sectores económicos em dificuldades como «sectores em crise», e neste, caso não seja permitida a distribuição de lucros ou dividendos aos respectivos industriais; expropriar os bens pessoais dos capitalistas que cometam crimes de sabotagem à economia nacional; uma profunda reforma fiscal que faça pagar mais a quem mais possua, e que permita ao Estado democrático dispor de meios para o aumento de investimentos que são necessários para combater o desemprego e desenvolver a economia.»

Nessa mesma proposta apontava-se para que «os sindicatos e organizações sindicais levem à prática uma política contratual que tenha em conta as modificações de atitude dos trabalhadores face à economia», pelo que na contratação colectiva, os sindicatos deveriam, «temporariamente, não reivindicar aumentos salariais superiores a 12 contos — orientando os maiores aumentos salariais para os trabalhadores que auferam os mais baixos salários, tendo em vista a redução do leque salarial —»; ter em vista, em cada caso concreto, «não só a situação do sector respectivo, mas sobretudo, a evolução global da situação económica»; orientar a contratação colectiva «para a uniformização das regalias sociais, nomeadamente férias, subsídio de férias e de Natal.»

No documento sobre Política Salarial a que já fizemos referência, abordaram-se, também, as questões da alta do custo de vida e de desemprego.

Em relação ao custo de vida, lembrava-se que o seu aumento «atinge, principalmente, os que têm menores salários» e sublinhava-se que o aumento do custo de vida «só poderá ser definitivamente resolvido no quadro das soluções gerais para a economia portuguesa».

Sobre o problema do desemprego teciam-se, no mesmo texto, as seguintes considerações:

«O problema do desemprego só pode ser resolvido a médio e longo prazo e dependerá, em grande parte, dos trabalhadores que estão empregados, nas suas atitudes e da sua solidariedade militante, para que se criem as condições para essa resolução. É ridículo e infantil, revelando um total desconhecimento do que é o processo produtivo e uma concepção do mundo pequeno burguês e individualismo, afirmar que se poderá resolver o problema do desemprego através da diminuição do horário de trabalho.

«A criação de novos postos de trabalho em sectores vitais

rar o melhor aproveitamento possível do equipamento existente» — concluiu-se.

Reforma agrária

No plenário da Intersindical do último fim-de-semana foi também aprovada uma proposta em que se definiam critérios a ter em conta na efectivação da Reforma Agrária.

Nesse sentido, são apontados, nomeadamente, os seguintes aspectos: «Os solos a expropriar devem ser considerados património nacional. As expropriações não devem corresponder a qualquer tipo de indemnizações; as expropriações não devem incidir apenas nos solos mas, também, sobre os bens existentes nas explorações; a expropriação deve ser feita em função do número de prédios rurais integrados no conjunto de explorações.»

Outras propostas eram ainda adiantadas nesse documento, na perspectiva de garantir a realização de uma Reforma Agrá-

ria que estivesse de acordo com os interesses fundamentais dos trabalhadores — e dos operários agrícolas em particular: «Que, nos solos expropriados/nacionalizados sejam constituídos núcleos de produção geridos pelos trabalhadores e cooperativas de pequenos e médios agricultores;

«Que a nível distrital seja constituída uma comissão coordenadora dos núcleos de produção e das cooperativas existentes, com poder executivo, formada por trabalhadores nomeados pelos respectivos sindicatos por representantes das LPMA, e técnicos de sua confiança;

«Que sejam tomadas medidas que garantam o salário aos trabalhadores dos núcleos de produção;

«Que a agricultura tenha prioridade nos investimentos e que seja criado um sistema de crédito agrícola especialmente canalizado para as novas explorações e pequenos e médios agricultores, constituindo-se, para o efeito, uma instituição de crédito especializada;

«Que seja criado um sistema de seguro agrícola que garanta a cobertura de todos os riscos a que está sujeita a actividade agrícola; incêndios, acidentes meteorológicos, pragas, etc.;

«Que seja elaborada uma lei de orientação agrária de forma a que se façam culturas simultaneamente adequadas à aptidão dos solos e às necessidades socio-económicas do País;

«Que se tomem medidas para uma reconversão industrial, particularmente na indústria alimentar, de modo a aumentar o número de postos de trabalho e que se garanta o escoamento dos produtos agrícolas, acabando-se com o parasitismo dos intermediários.»

Congresso dos Sindicatos em fins de Junho

Além de um documento sobre a Previdência e os trabalhadores — em que se alertava os órgãos do poder para a grave situação da Previdência — se manifestava ao Ministério dos Assuntos Sociais «a importância que assume para os trabalhadores, a imediata institucionalização do Conselho Superior da Previdência, a sua Comissão Executiva», se repudiava «qualquer tentativa de afastar os trabalhadores da gestão da Previdência» e se avisava o Ministério dos Assuntos Sociais «os trabalhadores da Previdência da urgência do saneamento em todo o seu aparelho» —, foram aprovadas no Plenário da Intersindical propostas sobre a realização de um próximo Congresso dos Sindicatos Portugueses e Organização Sindical (ambas aprovadas por unanimidade).

«Quando ao Congresso dos Sindicatos Portugueses, considerando «a necessidade de definições da estrutura sindical a adoptar» «a elaboração de estatutos próprios de acordo com essa estrutura» e «do estabelecimento de um programa de trabalho que permita atingir os objectivos acima referidos», aprovou-se a sua realização — aberta a todos os sindicatos — nos dias 23 e 25 de Junho, tendo, também, sido constituída, na altura, uma comissão — para concretizar essa iniciativa — que deverá integrar os sindicalistas Manuel Lopes, Antero Mar-

tins, Luís Judas, Cerveira Pinto e Pacheco Gonçalves.

Os documentos para análise no Congresso deverão ser postos à disposição dos sindicatos até 15 de Maio, competindo aos sindicatos promover amplas discussões desses documentos e remeterem as respectivas conclusões à Intersindical até 16 de Maio. No Congresso os Sindicatos Portugueses proceder-ão, em seguida, a eleições «de acordo com o que ficar determinado nos estatutos então aprovados».

Relativamente à Organização Sindical — atendendo aos novos condicionamentos — decidiu-se que os sindicatos «avancem», urgente e decididamente, no caminho da verticalização sindical, que «os organismos sindicais e o Secretariado da Intersindical elaborem documentos, combatendo a ideologia burguesa do chamado «sindicalismo vertical de classe» — «arguimentos da reacção propalados pelos seus porta-vozes, «ampliados em grupos «pseudo-revolucionários» — e que «a legislação sobre as associações sindicais contemple medidas que consagram os métodos democráticos utilizados pelos sindicatos na verticalização sindical».

30 ABR 1975

JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO DA INTERSINDICAL NACIONAL

A Intersindical Nacional promove hoje, no Hotel Nau, em Cascais, um jantar de confraternização entre as várias delegações estrangeiras compostas por responsáveis sindicais e desportistas, que contará também com a participação de representantes do M. F. A., Governo, Inatel e Imprensa, além da própria entidade organizadora.

Cerca das 21 e 30, após o jantar, está previsto um convívio com os representantes da Informação.

Entretanto, está já confirmada a presença das centrais mundiais Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (C.I.S.L.), Confederação Mundial do Trabalho (C.M.T.) e Federação Sindical Mundial (F.S.M.), participando também delegações sindicais de Angola, Argélia, Chile, Cuba, Espanha, França, Guiné, Hungria, Jugoslávia, Itália, Polónia, Roménia, República Democrática Alemã, União Soviética e Vietname.

Foram também convidados, além do Conselho Superior da Revolução, os seguintes representantes do Governo: os ministros do Trabalho e dos Negócios Estrangeiros e os secretários de Estado do Emprego, do Trabalho e dos Desportos.



Foto de A. Geraldo

Delegados da Intersindical romena, que participarão, logo, à noite, em Cascais, no jantar de confraternização promovido pela congénere portuguesa

